

Relatório e Contas

2011

Março de 2012

Índice

Órgãos Sociais 3
Accionista 4
Rede Comercial e Direcções 5
Principais Indicadores 7
Mensagem do Presidente 8
Enquadramento Macroeconómico
- **Economia internacional** 12
- **Economia Cabo-verdiana**
  - **Evolução Global** 14
  - **Política Monetária** 16
  - **Sector financeiro** 17
  - **Perspectivas para 2012** 21

Síntese da Actividade
- **Posição no sector bancário** 23
- **Actividade Comercial**
  - **Recursos** 25
  - **Concessão de crédito** 27
  - **Operações de Mercado de capitais** 33
  - **Carteira de Investimento e negociação** 33
  - **Promoção e Marketing** 35

Recursos Humanos 36
Responsabilidade Social 44
Análise da Situação Económico-financeira
- **Evolução do Balanço** 46
- **Demonstração de Resultados** 54
- **Rácios Prudenciais** 62

Eventos Subsequentes 64
Proposta de Distribuição de Resultado 65
Considerações finais 66
Anexos 68

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente	David Hopffer Almada
Secretário	Alfredo Eugénio Barbosa Fernandes
Secretário	Jorge Fernando Gonçalves Alves

Conselho de Administração

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vice-Presidente	Teófilo Figueiredo Almeida Silva
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto
Vogal	Luís de Carvalho Machado

Comissão Executiva

Presidente	Fernando Marques Pereira
Vogal	António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Manuel Fernando Monteiro Pinto

Conselho Fiscal

Presidente	João Manuel Barata da Silva
Vogais	João Higino Rosário Silva
Vogais	José Carlos Ramos Cunha
Vogal Suplente	José Carlos Vitória Soulé

Accionistas

A distribuição do capital social em 31 de Dezembro de 2011, era a seguinte:

Nome do Accionista	Nº Acções Final	CVE	% de Capital Final
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	70.000	700.000.000,00	70,00%
EMPREITEL FIGUEIREDO, SA	11.110	111.100.000,00	11,11%
SITA, SA	5.447	54.470.000,00	5,45%
ADEGA, SA	3.797	37.970.000,00	3,80%
EDMUNDO BARBOSA & Fº, Lda.	2.782	27.820.000,00	2,78%
PEDRO JOSE SAPINHO RODRIGUES PIRES	1.545	15.450.000,00	1,55%
DAVID HOPFFER ALMADA	1.256	12.560.000,00	1,26%
FRANCISCO BARBOSA AMADO	839	8.390.000,00	0,84%
TERESA JESUS TEIXEIRA B.AMADO	839	8.390.000,00	0,84%
ALUCAR, SA	773	7.730.000,00	0,77%
RACAN, Lda.	773	7.730.000,00	0,77%
JOÃO HIGINO ROSÁRIO SILVA	452	4.520.000,00	0,45%
MÁRIO JORGE MENEZES	387	3.870.000,00	0,39%
	100.000	**1.000.000.000,00**	**100,00%**

Rede Comercial e Direcções

Área	Responsável
Direcção Comercial (DCM)	José Mendes Director
Gabinete de Empresas (GEM)	Ângela Lopes Coordenadora
Gabinete de Particulares (GPA)	Ana Paula Vaz Coordenadora
Agência Sede	Ludmila Ribeiro Gerente Micas Prazeres Sub-Gerente
Agência ASA - Largo Europa	Dulcelinda Baptista Gerente Maria José Brandão Sub-Gerente
Agência Plateau	José Mário Tavares Gerente Inês Fernandes Sub-Gerente
Agência Achada Grande Frente	José Mário Tavares Gerente Joanita Salomão Sub-Gerente
Agência Assomada	Maria Antonina Martins Gerente Isa Miranda Sub-Gerente
Agência São Vicente	Gracinda Nascimento Gerente Leotino Neves Sub-Gerente
Agência Espargos	Albertina Fortes Gerente Graciett Ramos Sub-gerente

Rede Comercial e Direcções

(Continuação)

Área	Responsável
Agência Santa Maria	Carla Brito Gerente
Agência Boa Vista	Maria Pinto Gerente Rosinda Santos Subgerente
Direcção Suporte Operacional (DSO)	Ana Cruz Directora
Gabinete de Tecnologia e Organização (GTO)	Paulo Monteiro Coordenador
Gabinete de Mercados Financeiros (GMF)	Deisy Bernardino Coordenadora
Gabinete de Gestão de Risco (GGR)	Alberto Jesus
Gabinete de Contabilidade e Planeamento (GCP)	Maria Idalsisa Martins Coordenadora
Gabinete de Marketing (GMK)	Ana Cristina Rodrigues Coordenadora
Gabinete de Suporte à Função Compliance (GFC)	Sofia Mota Chefe de Sector
Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)	Carlos Gonçalves Coordenador
Gabinete de Recursos Humanos (GRH)	Christine Rodrigues Sub-chefe Administrativo
Gabinete de Auditoria Interna (GAI)	Osvaldina Martins Chefe de Sector
Gabinete de Apoio Logístico (GAL)	Pedro Gomes Chefe de Sector

Principais Indicadores

Indicadores em 31 de Dezembro Mil CVE

	2010	2011	/\%
INDICADORES DO BALANÇO			
Activo Líquido	18.274.477	17.978.206	-1,62%
Disponibilidades	3.210.399	2.215.700	-30,98%
Titulos da Dívida Pública	1.895.836	1.715.870	-9,49%
Crédito a clientes	11.682.833	12.827.600	9,80%
Crédito e juros com imparidade	708.973	1.911.862	169,67%
Crédito e juros vencidos (*)	309.073	891.302	188,38%
Imparidade crédtos clientes	744.580	1.012.737	36,01%
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	13.902.555	-10,73%
Capitais Próprios	1.496.162	1.558.955	4,20%
INDICADORES DE EXPLORAÇÃO			
Produto Bancário	815.074	916.421	12,43%
Resultado Antes de Impostos	140.304	131.758	-6,09%
Resultado Liquido	130.076	120.743	-7,17%
OUTROS INDICADORES			
Rentabilidade			
Resultado Liquido /Activo	0,71%	0,67%	-0,04%
Resultado Liquido /Capitais Próprios	8,69%	7,75%	-0,95%
Solvabilidade e Transformação			
Capitais Próprios/ Activos	8,19%	8,67%	0,48%
Rácio de Transformação(Crédito/Depósitos) Liquido	75,01%	92,27%	17,25%
Rácio de Solvabilidade (Critério BCV)	14,62%	14,40%	-0,22%
Qualidade dos Activos			
Créditos Vencido/Crédito Total	6,07%	14,90%	8,84%
Crédito e juros com imparidade/Crédito Total	6,37%	7,89%	1,52%
Imparidades dos Creditos / Crédito e juros com imparidade	105,02%	52,97%	-52,05%
Imparidade dos créditos/crédito e juros vencidos (*)	240,91%	113,62%	-127,28%
Qualidade do crédito(crédito em incumprimento sobre crédito total) (*)	2,15%	5,71%	3,56%
Produtividade e Eficiência			
Margem Complementar/Produto Bancário	22,10%	27,10%	4,99%
Gastos Administrativos/Produto Bancário	64,68%	57,29%	-7,39%
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	281.002	240.812	-14,30%
Nº de Empregados	97	111	14,43%
Nº de Agências	9	9	0,00%
Empregado por Agência	11	12	14,43%
(Crédito+Depósitos)/nº Agências	3.028.574	2.970.017	-1,93%

(*) De acordo com Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde

Mensagem do Presidente



O ano de 2011 foi particularmente dificíl para a indústria bancária quer a nível nacional quer internacional.

Efectivamente, assistimos, por exemplo, em Portugal aos quatro principais Grupos financeiros (CGD, BCP, BES e BPI) a apresentarem avultados prejuízos, o que já não se verificava há décadas, fruto da difícil envolvente económica e financeira, que conduziu ao registo, como custo do exercício, de provisões e imparidades no montante de vários milhões de euros.

O sector bancário nacional também não ficou imune à crise internacional, à redução do ritmo da actividade económica e ao agravamento das contas externas e públicas no pais, com impacto na perda da qualidade da carteira, especialmente aos sectores da construção, habitação e consumo.

O indicador de liquidez dos bancos foi apresentando igualmente níveis de deterioração crescente ao longo do ano fruto da conjuntura económica, com o aumento da morosidade a alongar drasticamente o ciclo de tesouraria da maioria das empresas, mas também das medidas tomadas pelo Banco de Cabo Verde que implicaram um aumento das disponibilidades mínimas de caixa a manter em depósito junto do Banco Central, em resultado do alargamento da base de incidência, aos depósitos do sector público administrativo.

O Banco Interatlântico não ficou imune, como é óbvio, à situação de abrandamento do crescimento económico que se traduziu, em especial, numa maior dificuldade em

captar e, nalguns casos, reter os recursos de clientes e no aumento de morosidade da economia.

No tocante aos recursos verificou-se uma situação díspar em relação aos segmentos de particulares e de empresas.

No segmento de particulares o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 14,47% face a Dezembro de 2010. De realçar aqui o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram 12.95% face ao mesmo período.

Em contrapartida, no segmento de empresas e sector público, assistiu-se a uma forte redução nos recursos face também a Dezembro de 2010 (-28,5%).

Assim, verificamos que os recursos globais decresceram cerca de 11% face a Dezembro de 2010, refletindo a falta de liquidez no mercado em especial no segmento onde a presença do Banco Interatlântico é mais forte, ou seja o segmento empresarial.

Em contrapartida, na vertente do crédito o Banco manteve ao longo do ano um nível de actividade próximo da média do sector, com um reforço nos particulares em detrimento do crédito às empresas face à incerteza do comportamento da economia.

Os valores acima referidos contribuíram para uma ligeira redução das quotas de mercado do Banco, em especial nos recursos, embora continue a ter um peso importante nas empresas, segmento que o Banco elegeu como prioritário para o seu crescimento. Este reforço é confirmado pela quota do Banco Interatlântico no número de POS activos em Cabo Verde, onde foi mantida a segunda posição do mercado (quota de 25%), apesar da forte concorrência com a duplicação dos Bancos a actuar no mercado nos últimos dois anos.

Também no número de ATM's por Banco, o BI manteve uma quota significativa de 24%, apenas superada pela registada pelo BCA.

Em resultado da situação económica, continuou a assistir-se a um aumento da morosidade dos clientes, provocando um crescimento do crédito vencido em 170% face ao período homólogo. O indicador de Qualidade do Crédito, definido pelo Banco de Cabo Verde, situou-se em 5,71% em 2011, contra 2,15% em 2010, o que tem de continuar a merecer uma atenção especial de todo o Banco ao longo do exercício de 2012.

Em termos de resultados o Banco atingiu um resultado líquido de 120.743 contos, o que representa uma redução de 7,17% face ao ano anterior.

A margem financeira no exercício corrente situou-se em 668.110 contos, teve um aumento de 5,23% (33.182 contos) relativamente 2010, embora se tivesse verificado um incremento da remuneração média das operações passivas, em resultado da concorrência no mercado, mas que foi compensada pelo crescimento, quer em volume quer em taxa média, pelas operações activas.

Quanto à margem complementar, esta totalizou 248.310 contos, registando um acréscimo de 37,84% (68.164 contos) comparando com o período homólogo, realçando-se aqui o acréscimo verificado nos dividendos recebidos e nas comissões dos serviços prestados.

O aumento da morosidade veio a ter um impacto decisivo nos resultados do Banco, pois assistiu-se a um aumento da imparidade do crédito que se situou no final do ano em 1.012.737 contos, representando um crescimento de 36% face ao ano anterior. De realçar que este valor de imparidade representa 113,62% do valor do crédito e juros vencidos a 31 de Dezembro de 2011, definidos de acordo com a Circular Série A nº 150/DSE/2009, de 28.Dez.2009, do Banco de Cabo Verde, embora registando uma redução de cobertura face aos valores registados no ano transacto (240,91%).

O Banco encerrou o exercício de 2011 com um robusto rácio de solvabilidade de 14%, muito superior ao mínimo legal o que permite o reforço do reconhecimento internacional da segurança e credibilidade do sistema financeiro cabo-verdiano.

Em 2011 o Banco Interatlântico foi, pela 3ª vez consecutiva, considerado pela revista "World Finance" como o melhor Banco em Cabo Verde.

O exercício de 2012 irá certamente ser ainda condicionado pela crise financeira internacional que afecta em especial os países que se têm constituído como os principais parceiros de Cabo Verde e de onde são originários importantes fluxos financeiros.

Tal significa que se irá manter o clima de incerteza com que vivemos durante o ano de 2011, traduzido num ambiente económico marcado pelo aumento dos diferentes riscos inerentes ao sistema bancário e que impõem um reforço de todos os aspectos inerentes ao acompanhamento dos riscos da actividade e uma atitude de grande acompanhamento muito próxima dos clientes.

Em 2012 o Banco continuará, à semelhança do verificado no ano anterior, a pugnar pelo aumento da rentabilidade das operações, aspecto fundamental para a solvabilidade, confiança dos clientes, accionistas e investidores e manutenção dos níveis de empregabilidade, e na busca de uma maior eficiência no serviço aos seus clientes, fazendo bem desde o primeiro momento e mantendo a sobriedade com qualidade de serviço.

Estou seguro que com a dedicação, profissionalismo e atitude ganhadora que caracteriza a equipa do Banco, vamos conseguir superar as dificuldades e exceder as expectativas.

Enquadramento Macroeconómico

1.1.- ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2011 a economia mundial voltou a expandir-se, embora o crescimento económico tenha registado um abrandamento no segundo semestre do ano. Depois de uma primeira metade em que a atividade económica registou um ritmo de crescimento forte, em particular nos países emergentes, o segundo semestre foi caracterizado por uma crescente preocupação com o abrandamento da economia.

Ao contrário do ano anterior, a deterioração dos indicadores económicos em muitas regiões do globo levou a que as estimativas de crescimento para 2011, por parte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OCDE, entre outras, fossem sucessivamente revistas em baixa. Nas estimativas intermédias, de janeiro de 2012, o FMI estimou que o crescimento para a economia mundial ter-se-á cifrado em 2011 em 3,8%, valor inferior aos 4,4% previstos em Janeiro de 2011. O FMI voltou a alertar para o aumento de diversos riscos, nomeadamente de natureza orçamental e financeira.

INDICADORES ECONÓMICOS

	Taxas de variação (em %) PIB		Taxas (em %) Inflação		Desemprego	
	2010	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**
União Europeia	**2,0**	**1,6**	**2,1**	**3,1**	**9,7**	**9,7**
Área do Euro	1,9	1,5	1,6	2,7	10,1	10,1
EUA	**3,0**	**1,7**	**1,6**	**3,2**	**9,6**	**9,0**
China	**10,4**	**9,2**	**3,3**	**5,4**	**4,1**	**4,1**
Índia	**10,1**	**8,4**	**12,0**	**8,9**	**n.d.**	**n.d.**
Brasil [a]	**7,5**	**3,8**	**5,0**	**6,6**	**6,7**	**6,0**

Fontes: Eurostat, Institutos de Estatistica Nacionais
(a) FMI: World Economic Outlook – setembro de 2011
n.d. – não disponível

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Europa. Numa primeira fase acentuaram-se as preocupações com a situação da Grécia, devido aos receios de uma reestruturação da dívida helénica, e estas propagaram-se à situação das finanças públicas de outros estados da periferia europeia. Durante este período, Irlanda e Portugal recorreram aos mecanismos de ajuda conjunta da União Europeia (UE) e do FMI.

Assistiu-se, em consequência do agravamento da crise da dívida soberana, a um novo aumento da aversão ao risco por parte de diversos participantes nos mercados financeiros, sobretudo durante o segundo semestre. Tal traduziu-se, por um lado, numa nova fase de alargamento dos *spreads* das obrigações de governo, agora não só de economias periféricas.

Os responsáveis governamentais e os bancos centrais implementaram medidas em 2011 para estabilizar os mercados financeiros e impulsionar a atividade económica.

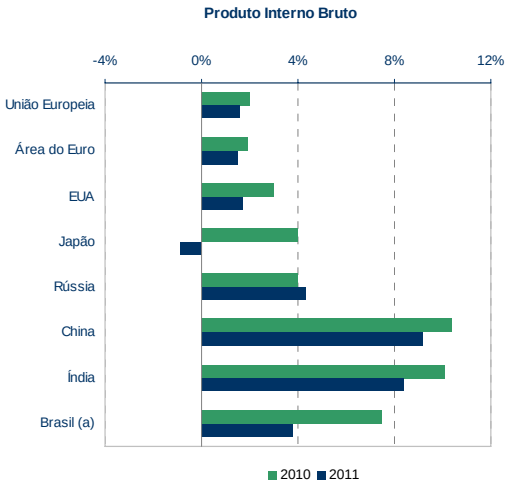
Na Área Euro (AE), após o BCE ter decretado por duas vezes o aumento da taxa diretora no primeiro semestre, elevando-a aos 1.50% em julho, o banco central fez regressar aquela taxa ao nível mínimo de 1.00% no final do ano, com a crise da dívida a intensificar-se e o crescimento a abrandar.

Assistiu-se ao contínuo reforço das medidas não convencionais de política monetária, desde o regresso à compra de obrigações de dívida pública em mercado secundário, à reabertura do programa de compra de obrigações hipotecárias e à reintrodução dos leilões de cedência ilimitada de liquidez por prazos a 6 e 12 meses. Já no final do ano o BCE anunciaria ainda a realização de dois leilões de cedência de liquidez a 3 anos.

Por sua vez, o bloco asiático mostrou novamente um desempenho positivo, apesar dos impactos negativos resultantes das catástrofes ocorridas no 1º trimestre no Japão, e que levaram a que aquela economia permanecesse em contração durante toda a primeira metade de 2011. Ainda relativamente à Ásia, os indicadores

económicos da China mantiveram-se robustos, sobretudo os respeitantes à atividade doméstica, apesar de terem também evidenciado algum abrandamento.

Destaque ainda para o desempenho da atividade económica brasileira, cujo crescimento económico arrefeceu substancialmente durante a segunda metade de 2011, tendo estagnado no 3º trimestre. O Banco Central do Brasil destacou-se no bloco emergente, ao decretar por três vezes, durante o 2º semestre, reduções da taxa diretora, decisões decorrentes do impacto negativo que espera que as turbulências internacionais possam ter sobre a economia brasileira. No final do ano o governo brasileiro anunciou um pacote de estímulo ao consumo destinado a acelerar a atividade económica e a garantir um crescimento de 5% em 2012.



1.2.- ECONOMIA CABOVERDIANA

1.2.1.- Evolução Global

Segundo o Banco de Cabo Verde, os indicadores da tendência da actividade económica durante o ano de 2011, apontam, em geral, para um abrandamento da

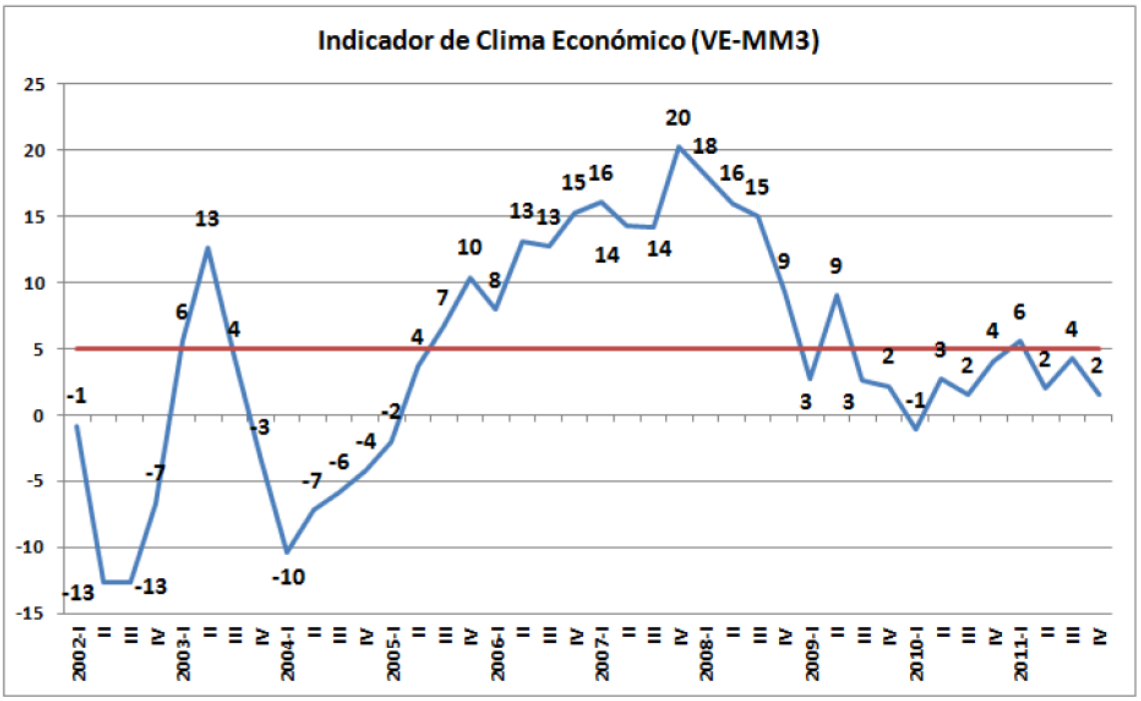
procura interna. Para o comportamento deste indicador contribuíram, por um lado, a redução das importações de bens de consumo duradouros em 0,7% e, por outro, o abrandamento das importações dos bens de consumo não duradouros na ordem dos 2 pontos percentuais.

Relativamente aos indicadores de investimento, os dados ajustados da sazonalidade sugerem também um abrandamento no ritmo de expansão da formação bruta de capital fixo no último trimestre do ano, em resultado da queda das importações de materiais de construção e de bens de equipamento, em 0,5% e 5,8%, respectivamente.

As importações de materiais de transporte pelo contrário cresceram 94,7% em termos homólogos, impulsionadas pelas importações de motores, barcos e autocarros.

Do lado da oferta, os indicadores produzidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas apontam igualmente para um abrandamento da actividade económica.

O indicador de clima económico (ver gráfico seguinte) evoluiu negativamente, fixando-se num nível abaixo da média da série o que confirma uma conjuntura económica desfavorável. Este diagnóstico conjuntural resultou da síntese das apreciações transmitidas pelos empresários da construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora e transportes e serviços auxiliares aos transportes.



Fonte: INE – Sintese económica – 4º trimestre de 2011

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor manteve ao longo do ano o perfil ascendente que vinha registando desde Maio de 2010. Em termos médios, a inflação atingiu, em Dezembro, os 4,5%, 2,4 pontos percentuais acima do valor registado em Dezembro de 2010.

1.2.2. - Política Monetária

Nas operações de mercado aberto a taxa de colocação dos TRM (14 dias) manteve-se estável nos 4,25%, tendo o Banco de Cabo Verde aceite, no entanto, a colocação de TIM a 28 dias, nos últimos dias do ano, à taxa de 7,25%.

A taxa de colocação dos Títulos da Dívida Pública a 91 dias não registou alterações face ao último semestre do ano transacto, mantendo-se as taxas em de 4,00%. As Obrigações do Tesouro a 10 anos fixaram a sua taxa nos 6,00%.

O coeficiente de reservas obrigatórias manteve-se nos 16%, embora o Banco de Cabo Verde, orientado para a estabilização das reservas externas do país - condição necessária para a sustentabilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao euro - e reforço da eficiência do sistema bancário, o Banco de Cabo Verde deliberou, a 2 de Junho de 2011, o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias para incluir 50% dos depósitos do sector público administrativo e, a 1 de Dezembro, a inclusão na base de 100% dos mesmos depósitos. Adicionalmente à implementação desta medida de política, a gestão monetária permaneceu focalizada no ajustamento da liquidez, assimetricamente distribuída no sistema bancário.

1.2.3. -Sector Financeiro

Cabo Verde dispõe hoje de oito Bancos "on-shore" e uma dezena de instituições financeiras a operar na zona "off-shore".

Segundo o Boletim de Estabilidade Financeira referente ao primeiro semestre de 2011, publicado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) já no final do ano de 2011, a concentração da indústria bancária, em linha com a evolução dos anos anteriores, continuou a registar melhorias substanciais, indiciando uma apreciável concorrência entre as instituições.

Segundo ainda o BCV, a boa performance das instituições, em termos de crescimento da actividade bancária e solvabilidade, é um aspecto marcante a registar na globalidade das instituições de crédito cabo-verdianas no final de Junho de 2011. Este crescimento não foi, no entanto, acompanhado por uma evolução favorável da rentabilidade, que acusou níveis de desaceleração face ao período homólogo. Os custos operacionais e as perdas por imparidade de valor registadas na carteira de activos dos bancos, estiveram na base deste comportamento menos favorável.

A composição da estrutura das aplicações dos bancos não apresentou alterações significativas face ao ano transacto, continuando o crédito e os títulos a representar quase a totalidade do Activo, com, respectivamente, 60% e 19%, seguido das Disponibilidades, com 11%. Por sua vez, os depósitos, nas suas diversas modalidades, continuam sendo a principal fonte dos recursos dos bancos. No período em análise, a variação homóloga global dos depósitos é positiva, graças à evolução positiva dos Depósitos à Ordem (10%) que absorveu a variação negativa (-1,6%) registada nos Depósitos a Prazo. Os depósitos de emigrantes somaram 39,6 milhões de contos em Junho de 2011, o que representa uma taxa de variação homóloga de 6,3%.

A par dos recursos provenientes dos depósitos, os bancos tiveram a necessidade de se financiarem com os recursos disponíveis junto do BCV. Esta procura de liquidez para o financiamento da actividade bancária traduziu-se numa redução de 5,6 milhões de contos nos depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde, indiciando um aumento do risco de liquidez face ao período homólogo.

Outro dos riscos assinalados pelo BCV é o de crédito, com impacto no aumento da imparidade (líquida de recuperações) em resultado dos efeitos da actual conjuntura económica nacional. O custo do risco elevou-se a 765,8 mil contos, evidenciando um crescimento, em base comparável, de 170,3 mil contos face a Junho de 2010.

Os principais indicadores de rendibilidade do sistema bancário acusaram nos primeiros 6 meses do ano de 2011 valores inferiores aos registados nos períodos anteriores, o que sugere um desempenho menos favorável na gestão de recursos financeiros que são disponibilizados pelos depositantes e credores do sistema. Neste contexto, a rendibilidade do Activo (ROA – Return on Assets) fixou-se em 0,27% (face a 0,32% no período homólogo) e a rendibilidade dos capitais próprios (ROE – Return on Equity) registou o valor de 3,71% (face a 4,45% no período homólogo).

É ainda referido pelo BCV que foram realizados "stress tests" com base nos dados de Junho de 2011, relativos aos quatro maiores bancos do sistema, representativos de mais de 90% do total do activo do sistema bancário nacional, para avaliar as vulnerabilidades das instituições bancárias à materialização dos riscos de crédito, de taxa de juro e de taxa de câmbio, assumindo que as perdas resultantes têm impacto directo sobre o rácio de adequação de capital. Os resultados dos testes de esforço confirmaram, regra geral, a elevada vulnerabilidade do sistema bancário nacional à materialização dos riscos de crédito, sobretudo nos sectores da Construção, Habitação, Consumo e Construção, bem como de taxa de juro, e particularmente de concentração face a um número reduzido mas significativo de contrapartes.

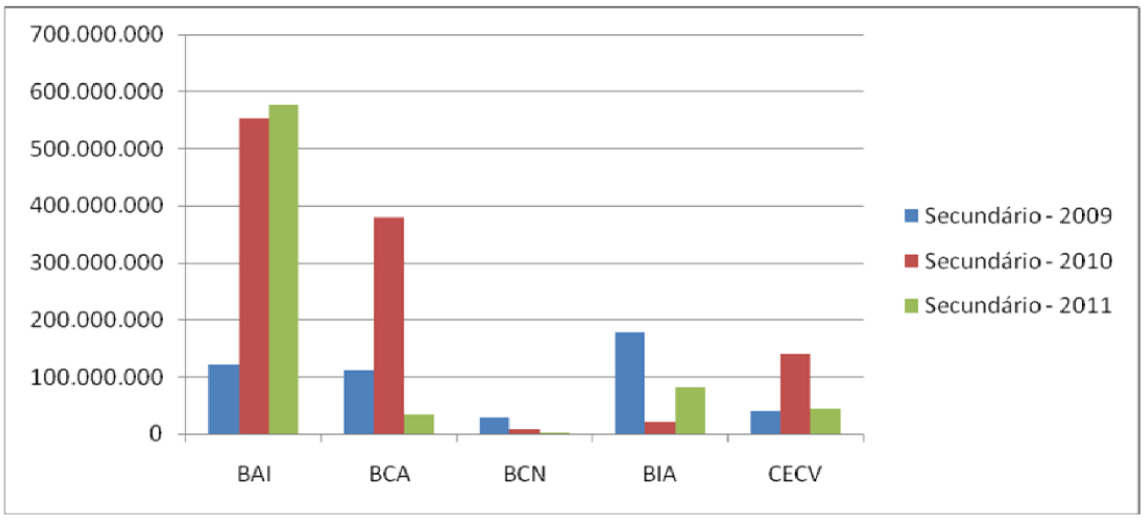
Em 2011 a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) realizou várias Ofertas Públicas de Subscrição (OPS), mas, ao contrário do verificado no ano transacto, apenas de dívida pública (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) o que se tem de destacar por terem sido realizados pela primeira vez através da BVC.

A Bolsa manteve uma evolução favorável em termos de capitalização bolsista, embora ainda mantenha uma dimensão reduzida. Estão cotadas quatro empresas no segmento accionista e no segmento obrigacionista estão cotadas nove emissões de Obrigações do Tesouro e dezassete emissões de Obrigações de Empresas.

Durante o ano realizaram-se nove operações no mercado primário com um montante global superior a 2,9 milhões de contos.

O Volume de Negócios no mercado secundário foi de 737 mil contos (uma redução de 33% face a 2010), e a capitalização bolsista global atingiu os 22,6 milhões de contos (uma redução de 9,3% face ao ano anterior).

A participação do Banco Interatlântico no mercado secundário permitiu que em 2011 atingisse a 2ª posição do mercado.



Fonte: Bolsa Valores de Cabo Verde

1.2.4. -Perspectivas para 2012

Para 2012 as perspectivas para a evolução da actividade económica nacional, em linha com o desenvolvimento da conjuntura externa, será marcada por um ambiente de elevadas incertezas. Assim, o Governo aponta, no Orçamento de Estado para 2012, para a implementação de políticas macroeconómicas para suportar a procura, minimizando, por um lado, o impacto corrosivo da crise da divida soberana nos principais parceiros de Cabo Verde na Zona Euro, e por outro, a redução da dependência na ajuda e fluxos externos.

A conjuntura nos principais países parceiros de Cabo Verde pode constituir sérios riscos à recuperação do turismo e dos investimentos externos realizados no país, podendo igualmente afectar quer as transferências oficiais quer as remessas dos emigrantes. Assume especial relevo a redução dos salários reais nos principais parceiros do país bem como as incertezas que ainda persistem no mercado da dívida soberana, com impactos ao nível da estabilidade do sistema financeiro global.

A política monetária e cambial continuará certamente a ser pautada pela preservação do regime de paridade fixa com o euro e pelo objectivo da estabilidade de preços que terão como instrumentos de suporte, por um lado, a gestão do diferencial das taxas de juro internas com as taxas Euribor e, por outro, a acumulação de reservas externas em níveis sustentáveis.

O relatório do corpo técnico sobre a Segunda Avaliação do Acordo ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI de Janeiro de 2012, assinala que ”as perspectivas no curto prazo apresentam riscos decorrentes do stress financeiro e da crescente possibilidade de recessão na zona do euro. As autoridades precisam conter a expansão do crédito e minimizar o financiamento interno do orçamento até que o crescimento das importações desacelere e a balança de pagamentos melhore. As reservas estão relativamente

baixas, proporcionando uma cobertura de três meses de importações, dada a exposição de Cabo Verde e a sua paridade cambial. Uma coordenação mais estreita entre as políticas monetária e orçamental ajudaria a encontrar o equilíbrio correcto entre a contenção orçamental e os aumentos da taxa de juro para frear a expansão do crédito e, ao mesmo tempo, assegurar a acumulação de reservas no médio prazo. Caso a desaceleração na zona do euro seja prolongada e o sistema financeiro europeu permaneça enfraquecido, o investimento estrangeiro e o crescimento em Cabo Verde devem diminuir no médio prazo."

Perspectiva o Governo, mesmo com os riscos assinalados, que o crescimento económico para 2012 deva situar-se no intervalo de [6%; 7%], em função do desenvolvimento da conjuntura económica e financeira internacional, que poderá condicionar a procura externa com consequências sobre as exportações de bens e serviços nacionais e do nível de realização do investimento público, como um importante suporte à procura interna.

Também as expectativas da OCDE e do Banco Africano de Desenvolvimento, expressas na publicação "Perspectivas Económicas em África, 2011" apontam para a continuação do ritmo de crescimento da economia em 2012, que deverá ultrapassar os 6%.

African Economic Outlook 2011 - Indicadores Macoeconómicos				
	2009	**2010**	**2011**	**2012**
Crescimento real do PIB	3,6	5,3	5,6	6,1
Inflação medida pelo IPC	1,2	2,1	3,0	2,1
Saldo Orçamental % PIB	-6,3	-13,7	-11,3	-8,9
Balança Corrente % PIB	-9,9	-18,4	-15,5	-13,2

Síntese da Actividade

2.1.- Posição no Sistema Bancário

O Banco Interatlântico não ficou imune, como é óbvio, à situação de abrandamento do crescimento económico que se traduziu, em especial, numa maior dificuldade em captar e, nalguns casos, reter os recursos de clientes e no aumento de morosidade da economia.

No tocante aos recursos verificou-se uma situação díspar em relação aos segmentos de particulares e de empresas. No **segmento de particulares** o Banco manteve um interessante ritmo de crescimento dos recursos captados, com uma variação positiva de 14,47% face a Dezembro de 2010. De realçar aqui o crescimento dos depósitos a prazo de emigrantes que cresceram 12.95% face ao mesmo período. Em contrapartida, no **segmento de empresas** e sector público, assistiu-se a uma forte redução nos recursos face também a Dezembro de 2010 (-28,5%).

Assim, verificamos que os recursos globais decresceram cerca de 11% face a Dezembro de 2010, refletindo a falta de liquidez no mercado em especial no segmento onde a presença do Banco Interatlântico é mais forte, ou seja o segmento empresarial. A quota de mercado do Banco registou assim um decréscimo de quase 2%.

	Recursos Totais		Variação	
	Dez-10	Dez-11	Valor	%
Sistema	105.200,30	107.910,30	2.710,00	2,58%
BI	15.499,09	13.847,07	-1.652,02	-10,66%
Quota BI	**14,73%**	**12,83%**		**-1,90%**

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Novembro de 2011) e Contas BI (inclui recursos-conta caução)

Em contrapartida, na vertente do crédito o Banco manteve ao longo do ano um nível de actividade próximo da média do sector, com um reforço nos particulares em detrimento do crédito às empresas face à incerteza do comportamento da economia.

A nível do Crédito Global, a quota do mercado do Banco passou de 14,32% para 14,09%, evidenciando uma perda de 23 p.b..

	Credito Bruto		Variação	
	Dez-10	Dez-11	Valor	%
Sistema	100.298,40	110.605,20	10.306,80	10,28%
BI Credito	11.762,35	13.109,33	1.346,98	11,45%
BI Titulos	2.600,76	2.478,97	-121,79	-4,68%
BI Total	14.363,11	15.588,30	1.225,19	8,53%
Quota BI	**14,32%**	**14,09%**		**-0,23%**

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Novembro de 2011) e Contas BI (inclui crédito a empregados)

Considerando o volume de negócios (recursos adicionado do crédito), verifica-se que o Banco Interatlântico viu diminuída a sua quota global que se situou nos 13,47%, o que representou uma perda, face ao período homólogo, de 106 p.b..

	Volume de Negócios		Variação	
	Dez-10	Dez-11	Valor	%
Sistema	205.498,70	218.515,50	13.016,80	6,33%
BI Total	29.862,20	29.435,37	-426,83	-1,43%
Quota BI	**14,53%**	**13,47%**		**-1,06%**

Fonte: Site do BCV (posição provisória de Novembro de 2011) e Contas BI

2.2.- Actividade Comercial

2.2.1.- Recursos

Os recursos dos clientes em Dezembro de 2011 atingiram o montante de 13.902.555 contos, contra 15.574.334 contos em Dezembro de 2010, o que representa um decréscimo de 10,73%.

O segmento de particulares mostrou, no entanto, uma tendência inversa, com o maior crescimento a ser verificado ao nível dos depósitos a prazo de não residentes, com uma taxa de 46,5%. Os depósitos de emigrantes também cresceram a taxas superiores a 12%, quer em depósitos à ordem quer em depósitos a prazo.

No segmento de empresas e sector público assistiu-se a uma forte redução nos recursos face a Dezembro de 2010 (24%). A saída de fundos das empresas encontra diversas explicações:

a) Pagamento de dividendos às casas mãe por parte de empresas com importantes valores em depósito;

b) Atraso nos pagamentos dos clientes que motivaram a utilização das poupanças por parte das empresas (via depósitos a prazo) para fazer face às necessidades de pagamentos (em especial ao exterior para pagamento das importações);

c) O atraso na aprovação do Orçamento de Estado (com as eleições em Fevereiro do corrente ano apenas houve Orçamento de Estado aprovado em final de Junho) o que motivou também atrasos de pagamento por parte do Estado;

d) A mudança política em Portugal que suscitou um atraso temporal nas libertações de verbas das Linhas de Crédito que financiam os principais projectos públicos em curso em Cabo Verde.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Recursos de clientes	**15.574.334**	**13.902.555**	**-10,73%**
Depósitos de Clientes (1)+(2)+(3)	**14.206.053**	**12.681.998**	**-10,73%**
À ordem (1)	**6.096.956**	**5.352.507**	**-12,21%**
DO - Sector público Administrativo	127.788	82.552	-35,40%
DO Residentes	4.740.029	4.009.904	-15,40%
DO - Não residentes	804.905	783.110	-2,71%
DO Emigrantes	424.234	476.941	12,42%
À Prazo (2)	**7.953.001**	**7.169.586**	**-9,85%**
DP Residentes	5.482.905	4.178.865	-23,78%
DP Emigrantes	1.873.262	2.115.867	12,95%
DP - Não residentes	596.835	874.854	46,58%
Poupança (3)	**156.095**	**159.905**	**2,44%**
Poupança Jovem	156.095	159.905	2,44%
Títulos Tesouro -Mercado Secundário	**1.226.329**	**1.097.123**	**-10,54%**
Bilhete de Tesouro - Cliente	0	0	N/A
Obrigações de Tesouro - Cliente	1.210.356	1.087.500	-10,15%
Rendimentos por Receber/Deferidos - BT/OTCliente	15.973	9.623	-39,75%
Outros Recursos	**4.837**	**15.075**	**211,66%**
cheques e ordens a pagar	4.837	15.075	211,66%
Juros e Encargos Similares de clientes	**137.115**	**108.358**	**-20,97%**
Residentes	86.894	49.661	**-42,85%**
Não residentes	50.221	58.697	16,88%

Em relação aos Títulos do Tesouro colocados no mercado secundário atingiram o montante de 1.087.500 contos, o que representou um decréscimo de 10,15% face ao período homólogo em virtude de uma política que procurou incrementar a captação para a vertente de depósitos.

2.2.2. - Concessão de crédito

A carteira do crédito bruto não representado por valores mobiliários totalizou 13.123.467 contos registando um crescimento de 11,48% face ao Dezembro de 2010.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Credito a clientes			
Outros créditos e valores a receber (titulados)	**730.854**	**783.631**	**7,22%**
De outros emissores públicos nacionais	728.415	783.034	7,50%
Rendimentos a receber/Deferidos	**9.461**	**10.810**	**9,75%**
Rendimentos receber Titulos	9.179	10.543	14,86%
Receitas com rendimento diferido	282	267	-5,11%
Imparidade	**7.022**	**10.213**	**45,44%**
Crédito não representado por valores mobiliários Bruto	**11.772.316**	**13.123.467**	**11,48%**
De curto prazo	537.544	592.000	10,13%
De médio e logo prazo	10.290.042	10.357.972	0,66%
Crédito ao pessoal	235.757	261.633	10,98%
Situação Normal	**11.063.343**	**11.211.605**	1,34%
Crédito e Juros Vencidos	**708.973**	**1.911.862**	**169,67%**
Capital	699.006	1.897.726	171,49%
Juros vencidos a regularizar	44	0	-100,00%
Despesas de Crédito Vencido	9.923	14.136	42,45%
Imparidade de crédito a clientes e crédito/juros vencidos	**737.558**	**1.002.525**	**35,92%**
Crédito não representado por valores mobiliários Liquido	**11.034.758**	**12.120.942**	**9,84%**
Rendimentos a receber/Deferidos	**82.780**	**76.974**	-7,01%
Rendimentos a receber credito	82.780	76.974	-7,01%
Crédito Sobre Clientes (Liquido)	**11.682.833**	**12.827.600**	**9,80%**

No tocante aos diferentes segmentos os saldos apresentaram a seguinte distribuição:

Crédito não representado por valores mobiliários

Mil CVE

Descritivo	Credito Normal	Credito Vencido	Total	%
Particular (P)	4.014.507	396.277	4.410.783	33,61%
Empresa (E)	7.197.098	1.515.586	8.712.684	66,39%
Total Credito Bruto	**11.211.605**	**1.911.862**	**13.123.467**	100,00%

O crédito a empresas representou 66,39% da carteira de crédito total bruto, enquanto o crédito a particulares representou 33,61%, o que representou um crescimento deste sector face ao ano transacto.

Face ao período homólogo, os créditos na situação vencida tiveram um crescimento de 169%, em virtude do abrandamento nalguns sectores da economia, com o consequente aumento da morosidade. O indicador de qualidade do crédito (crédito em incumprimento/crédito total), nos termos da Circular Série A nº 150/DSE/2009, do Banco de Cabo Verde, situou-se em 5,71% contra 2,15% no ano anterior.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade à sua carteira de crédito, sendo que a identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os “cash-flows” futuros foram

estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

Para o ano de 2011, foram introduzidas modificações no modelo para que o mesmo traduza ainda com maior rigor o nível de imparidade, com especial destaque para a actualização dos factores de risco e o tratamento dos contratos com crédito reestruturado.

Foram, como é recomendável, actualizadas as séries estatísticas dos factores de risco, ou seja a probabilidade de indícios (PIs), probabilidade de "default" (PDs) e de perda em caso de "default" (LGDs).

Como o Banco utiliza o instrumento de reestruturação de crédito como parte integrante da sua estratégia de redução de morosidade num contexto de agravamento da crise económica e financeira, importava que esta componente crítica dos processos de negócio estivesse contemplada no actual Modelo de cálculo de Perdas por Imparidade.

Neste sentido, o Banco realizou um trabalho de sistematização da informação sobre reestruturações de créditos no seu sistema informático e de concepção e implementação de uma metodologia específica para a estimativa de Perdas por Imparidade para Créditos Reestruturados. Passamos de seguida a descrever o trabalho realizado pelo Banco:

- Sistematização de informação sobre reestruturações: o Banco efectuou um levantamento das reestruturações realizadas no passado e preparou uma base de dados com informação dos contratos reestruturados organizada tendo por base o contrato de crédito reestruturado, o novo contrato de

crédito, a data de reestruturação e o respectivo montante.

- Concepção e implementação de metodologia: a Metodologia de Perdas por Imparidade foi revista para inclusão dos contratos reestruturados nas seguintes componentes:

  - Classificação dos contratos:

    - Na metodologia anterior, na medida em que a reestruturação do crédito incluía a transformação de crédito vencido em vivo, os créditos migravam de posições de indícios ou default para sem indícios;

    - Na nova metodologia, sempre que um contrato é identificado como resultado de uma reestruturação é classificado na posição de indícios ou default do contrato reestruturado. Desta forma, impede-se reposição de provisões no acto da reestruturação. Este contrato irá manter-se com indícios ou default durante um período de quarentena, definido como 24 meses, no qual não se poderão verificar novos indícios sob pena do reinício da contagem do período de quarentena definido.

  - Estimativa de Perdas em caso de Default:

    - Na metodologia anterior, na medida em que a reestruturação do crédito substituía a operação reestruturada, as estimativas de perdas em caso de default (LGD) poderiam estar enviesadas pela inclusão de recuperações induzidas pela operação de reestruturação.

    - Na nova metodologia foram realizados estudos de análise da

probabilidade de novo incumprimento das operações reestruturadas e da perda em caso de default dessas mesmas operações. Com base no estudo referido as estimativas globais de perdas do portfolio de crédito do Banco foram revistas para consideração de um *haircut* à recuperação associada a um movimento de reestruturação, *haircut* esse que decorre da perda estimada dos contratos reestruturados (probabilidade de novo incumprimento e perda em caso de incumprimento);

Adicionalmente, o Banco tinha definido nas estimativas de perdas de portfolios com garantia hipotecária valores de *haircut* para a execução da hipoteca que resultavam do seu entendimento sobre o mercado imobiliário mas não se encontravam suportados por estudos estatísticos.

Neste sentido, na medida em que o Banco concluiu alguns processos de recuperação de crédito por dação ou execução de imóveis e posterior venda, foram realizados estudos para aferir um *haircut* a aplicar nas recuperações de créditos com garantia de hipoteca de bens imóveis.

O estudo realizado baseou-se nos seguintes factores:

- Análise do período médio de tempo para a alienação de imóveis, medido como a diferença média ponderada entre a data de venda do imóvel e a data de entrada do imóvel no balanço do Banco, por execução ou por dação;

- Análise do valor actualizado de recuperação de créditos entre o momento da dação ou execução e o momento da venda do imóvel;

- Extrapolação do valor de recuperação dos imóveis ainda não vendidos pela aplicação da estimativa de tempo médio de venda e por uma estimativa de

valor de venda, a qual decorre do valor de avaliação, caso seja inferior ao valor de balanço, ou do próprio valor de balanço nos restantes casos. Assume-se desta forma a não realização de mais valias e a incorporação de um *haircut* pela desvalorização já percepcionada do imóvel e pelo desconto financeiro.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em 2011 foi registada imparidade no montante de 1.002.525 contos na carteira de crédito não titulado (um crescimento de 36% face ao período homólogo), conforme se indica nos quadros seguintes:

Segmentos 2011	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais
Habitação	2.675.557	78.648	2,9395%	75.452
Outros Créditos	1.735.226	156.850	9,0392%	89.860
Garantias Pessoais	16.116	35	0,2172%	11
Crédito Geral	8.428.670	757.410	8,9861%	631.441
Garantias Empresas	1.229.967	9.582	0,7790%	1.096
Sector Público	2.700.742	0	0,0000%	0
Total	**16.786.278**	**1.002.525**	**5,9723%**	**797.860**

Segmentos 2010	Valor de Balanço	Imparidade	Taxa de Imparidade	Provisões Legais
Habitação	2.302.549	48.320	2,0985%	72.134
Outros Créditos	1.359.354	109.740	8,0729%	61.535
Garantias Pessoais	7.246	16	0,2157%	0
Crédito Geral	7.861.255	569.853	7,2489%	365.231
Garantias Empresas	1.486.763	9.630	0,6477%	0
Sector Público	2.712.500	0	0,00%	0
Total	**15.729.667**	**737.558**	**4,68896%**	**498.901**

Como se pode verificar, registou-se um acréscimo da taxa de imparidade em todos segmentos de crédito, reflectindo os aspectos de conjuntura que já referidos ao longo deste Relatório.

A imparidade acumulada para Outros créditos e valores a receber (Titulados) situou-se em 10.211 contos. Este valor foi obtido com base na taxa de imparidade calculada pela aplicação com base nas estatísticas para o segmento empresa sem indícios e colocou a imparidade total em 1.012.737 contos.

2.3.- Operações de mercado de capitais

O acréscimo nos Títulos de Outros Emissores Residentes deveu-se à aquisição no mercado secundário dos seguintes títulos: 50.000 Obrigações da Tecnicil Imobiliária (Fevereiro/2011) e 6.000 Obrigações Electra A (Maio 2011). A redução nas obrigações da Câmara Municipal do Sal diz respeito á amortização parcial do Capital Investido, nos termos da respectiva ficha técnica. A redução do Prémio (custo com aquisição) das obrigações da Electra (A e B) resulta dos deferimentos do custo referente ao ano 2011.

Outros residentes nacionais	Dez-10	Dez-11	Variação
OBRIGACOES TECNICIL	150.000	200.000	50.000
OBRIGACOES ASA	180.000	180.000	0
OBRIGACOES ELECTRA A	130.099	136.099	6.000
OBRIGACOES ELECTRA B	155.700	155.700	0
PRÉMIO DA EMISSÃO (Electra A e B)	1.561	1.180	-381
OBRIGACÕES ELECTRA C	32.199	32.199	0
OBRIGACOES SOGEI	999	999	0
OBRIGACOES TECNICIL INDúSTRIA	6.193	6.193	0
OBRIGACOES FAST FERRY	19.996	19.996	0
OBRIGAÇÕES BCA	6.668	6.668	0
OBRIGAÇÕES C.M.SAL	15.000	14.000	-1.000
OBRIGAÇÕES IFH 2ª FASE	30.000	30.000	0
Total	**728.415**	**783.034**	**54.619**

2.3.1.- Carteira de Investimento e de negociação

Os “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, tiveram uma variação positiva de 8,03%, face Dezembro de 2010. Essa variação deveu-se à aquisição de 5.402 acções do Banco Comercial do Atlântico ao preço de 3.100 escudos por acção perfazendo um total de 16.746 contos. De registar que o crescimento é também justificado por mais-valia potenciais que se encontravam registadas em reservas de reavaliação, cujo total em 2011 foi de 8.829 contos, com a seguinte discriminação: participação no BCA em 6.415 contos, participação na Garantia em 484 contos e participação na Visa em 1.930 contos.

2.4.- Promoção e Marketing

O Ano de 2011 registou uma moderação no envolvimento do BI em actividades externas, nomeadamente com uma maior selectividade nomeadamente no que concerne à participação nas principais feiras realizadas em Cabo Verde.

No entanto, o Gabinete de Marketing ao longo de 2011 teve a seu cargo, à semelhança dos anos anteriores, diversas responsabilidades onde avultam, em relação à comunicação interna, a alimentação e a gestão dos conteúdos da Intranet e na comunicação externa, a continuidade ao projecto do Novo Site BI que se encontra já em perfeitas condições para o seu lançamento e promoção junto ao público em geral e dos clientes do BI em especial, com novas funcionalidades, novo rosto e em versão bilingue.

Foram ainda desenvolvidas, ainda no âmbito da comunicação externa, a campanha de lançamento de novo produto de poupança, o depósito a prazo *Conta BI Poupança,* e a nova campanha do produto BI Trade Finance, veiculados nos principais jornais da praça, em diferentes portais de grande visibilidade e nos balcões da rede de Agência BI.

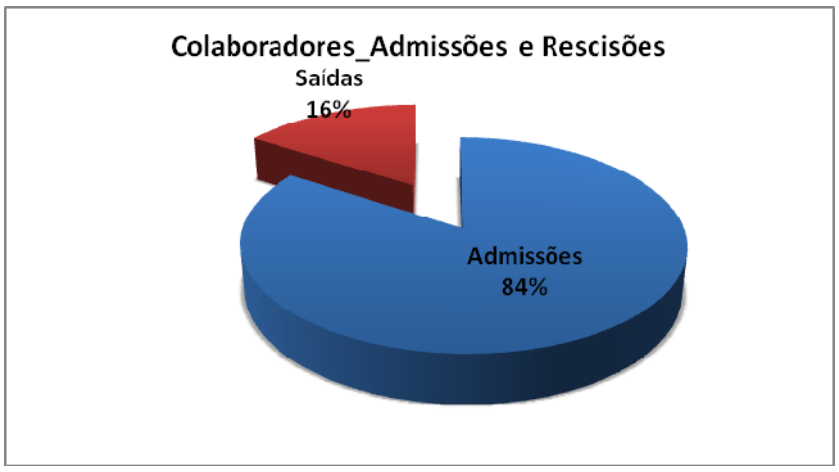
De registar ainda a divulgação do prémio *Banking Awards 2011*, atribuída pela prestigiada Revista Britânica *World Finance***,** prémio que distinguiu o Banco Interatlântico pelo 3º ano consecutivo.

O Banco Interatlântico, embora registando uma redução face ao ano transacto, encabeçou várias iniciativas como patrocinador, em áreas que abrangem, a educação, a cultura, o desporto, no reforço da sua imagem institucional, e enquadrado na sua política de responsabilidade social.

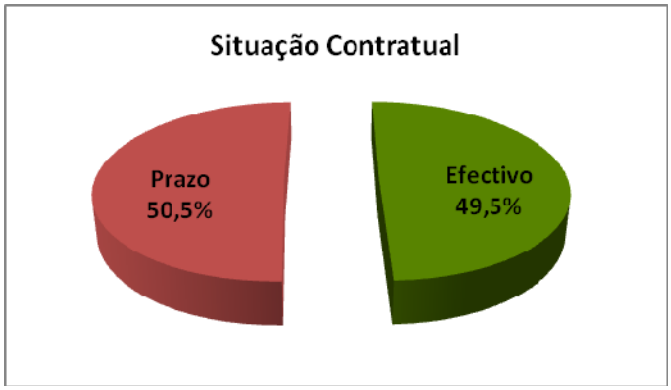
Por último destaca-se o relacionamento com **Entidades Externas**, nomeadamente os contactos permanentes com fornecedores e os órgãos de comunicação, quer seja para fazer cumprir os contratos de protocolos assinados, na divulgação de notícias e campanhas de produtos e serviços e eventos organizados pelo BI.

3.- Recursos Humanos

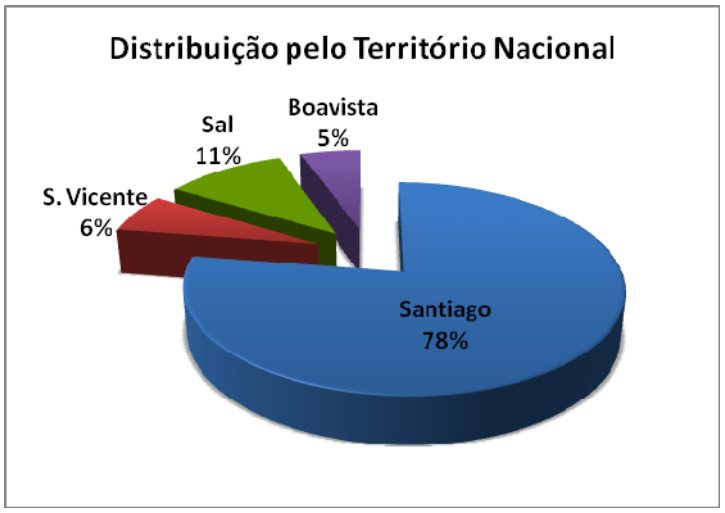
No final do exercício do ano de 2011, o Banco Interatlântico contava com 111 Colaboradores, tendo sido registadas 16 admissões e 3 desvinculações, números, esses, que revelam o forte investimento feito na admissão de novos quadros e na conservação dos já existentes por forma a garantir o bom funcionamento da Instituição e a manutenção da sua filosofia de trabalho. De um total de 19 movimentações (entre entradas e saídas de pessoal), a percentagem de admissões é superior ao quíntuplo da de desvinculações.



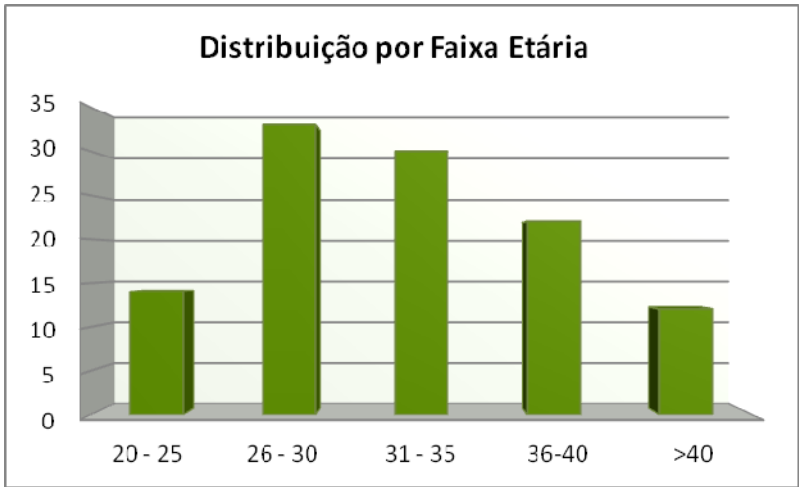
Dos 111 colaboradores no activo, 55 eram efectivos do quadro permanente e 56 possuíam contrato por tempo determinado, o que demonstra o grande equilíbrio existente entre o número de empregados em cada um destes dois tipos de situações contratuais.



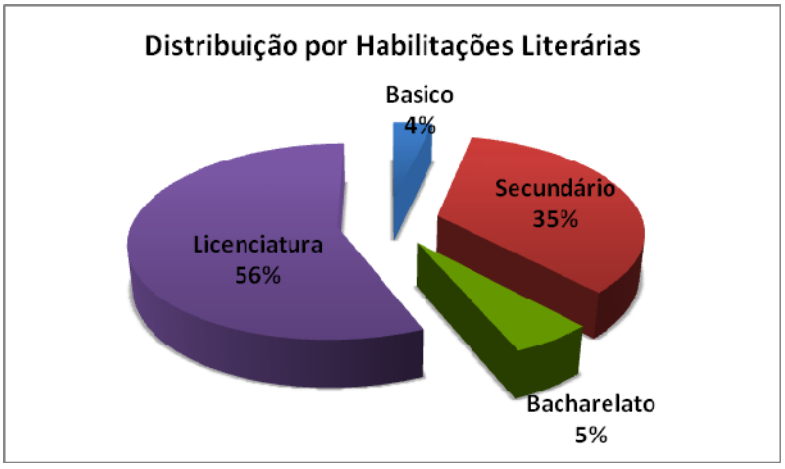
A nível nacional, a ilha de Santiago era a que possuía a maioria dos Colaboradores (86), seguida da ilhas do Sal, S. Vicente e Boavista, com 12, 7 e 6 empregados, respectivamente.



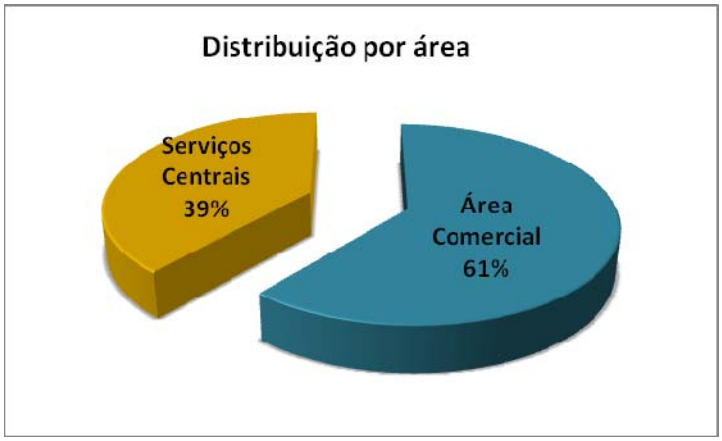
A média de idades dos empregados era de 33 anos, sendo que a maior concentração do pessoal se situava na faixa etária entre os 26 e os 35 anos (representando 57% da totalidade dos empregados), o que se traduziu num maior grau de responsabilidade e de potencialidade; e, com fortes indícios para melhoria da produtividade e rentabilidade do Banco.



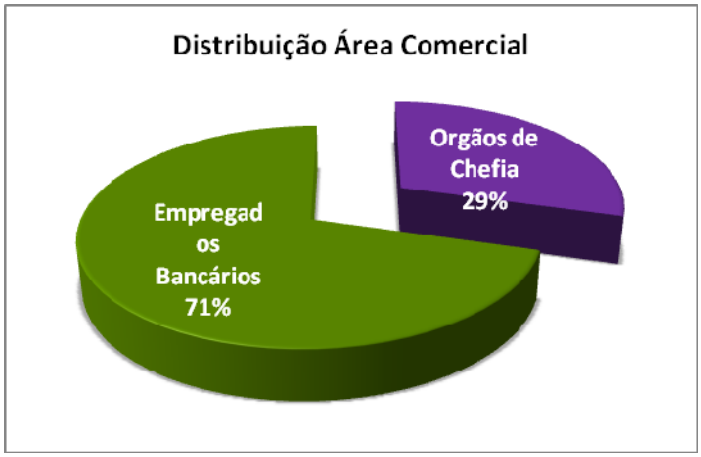
No que concerne às habilitações literárias e às qualificações profissionais, 56% dos Colaboradores detinham formação superior ao nível de Licenciatura e 5% de Bacharelato. De salientar que, à semelhança do ano 2010, os 4 Colaboradores habilitados apenas com o Ensino Básico se mantiveram ao longo de 2011, ao invés da percentagem de licenciados que, tendo aumentado, passou de 50% para 56%, reduzindo a de bacharéis.



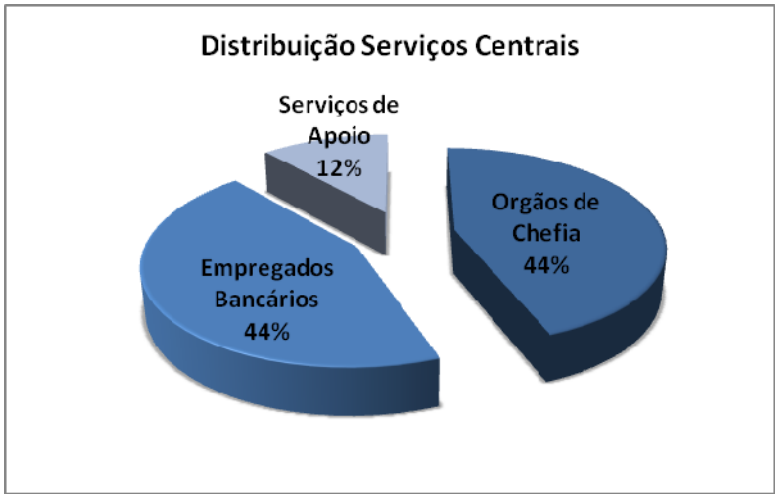
Quanto à distribuição dos Colaboradores por área funcional, constatou-se que 68 estavam afectos à Área Comercial e 43 aos Serviços Centrais.



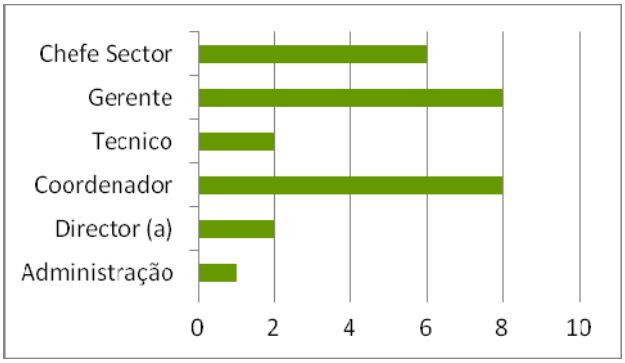
Na Área Comercial, 20 dos Colaboradores desempenharam cargos de chefia e 48 eram Empregados Bancários. Comparativamente com o ano de 2010, verificou-se o mesmo número de cargos de chefia nesta área, tendo, no entanto, ocorrido um acréscimo de 12 elementos no que se refere aos Empregados Bancários.

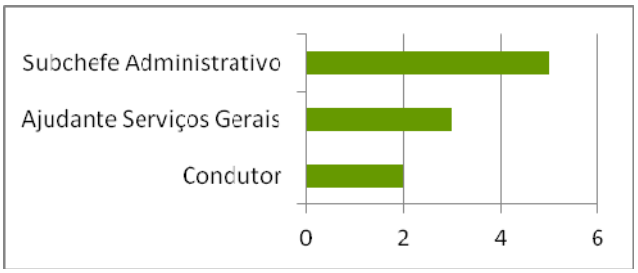


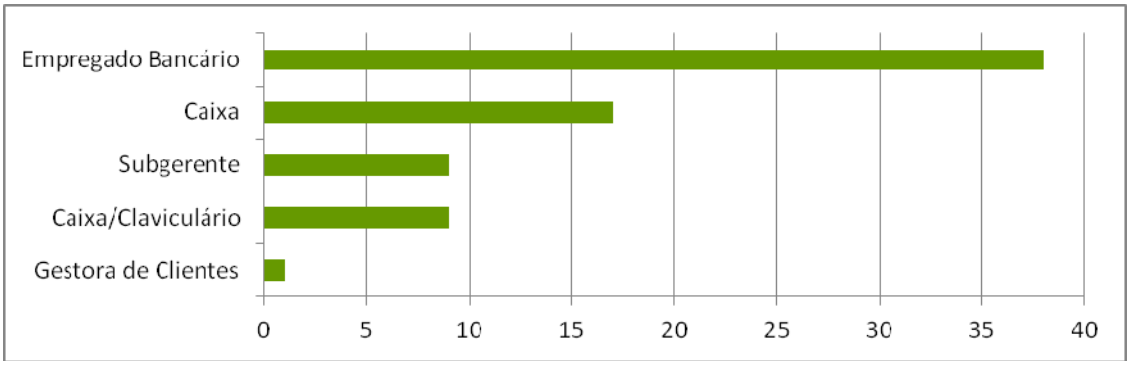
Nos Serviços Centrais, 19 Colaboradores desempenharam cargos de chefia, 19 eram Empregados Bancários e 5 prestaram serviços de apoio.



A distribuição por função era a seguinte:



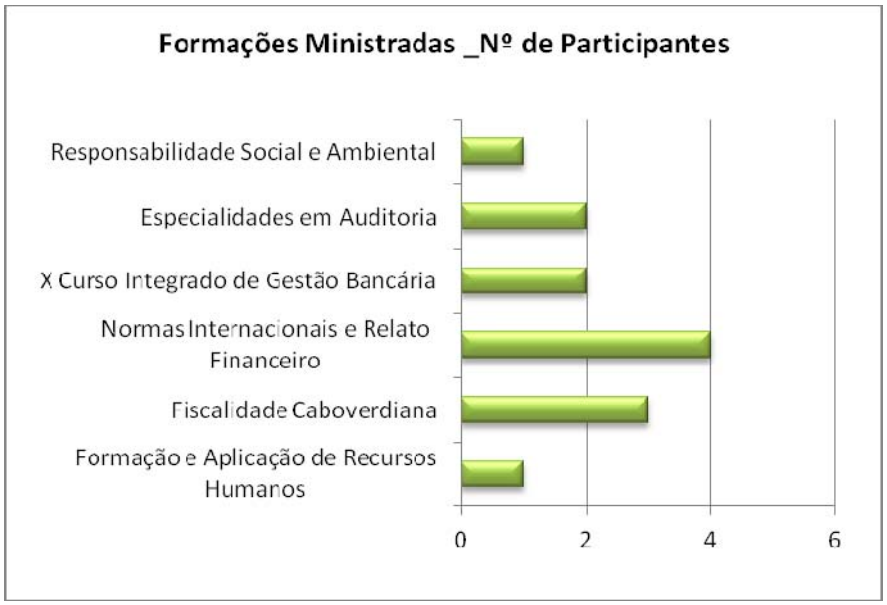




Formação

Tendo em conta o objectivo traçado pelo Banco relativamente a Formação Vestibular ministrada pelo Instituto de Formação Bancária de Portugal, o facto de não ter ocorrido, em 2011, qualquer formação deste tipo foi devido ao concurso de recrutamento de novos Colaboradores, os quais, após a sua admissão, seriam o principal público-alvo deste tipo de formação. De salientar que as negociações neste âmbito foram iniciadas ainda em 2011 tendo em vista a realização de pelo menos uma sessão no final do ano.

Na totalidade, foram realizadas 6 acções de formação, envolvendo 13 Colaboradores:



O Banco comparticipou a Formação Académica de 18 Colaboradores, no montante global de 713.358 CVE, sendo que um dos Colaboradores estava a frequentar o curso de Licenciatura em Auditoria e os restantes o de Pós-Graduação em Direito Bancário.

Estágios

Ao longo do ano de 2011 registou-se uma forte procura ao nível de pedidos de emprego e de estágios e, apesar do investimento feito no concurso de recrutamento, o Banco mesmo assim proporcionou 42 estágios. Tal atitude levou em consideração a preocupação a nível social e o intuito de contribuir para minimizar a inactividade laboral. Dos 42 estágios, 8 foram curriculares e destinados aos alunos finalistas dos cursos de Licenciatura, e os restantes profissionais.



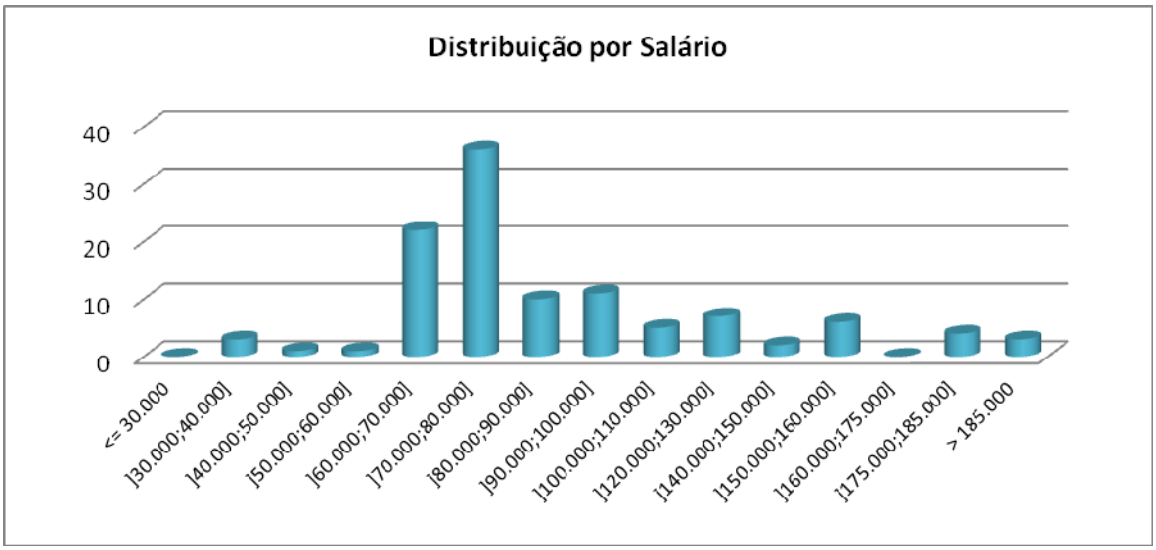
Dos 8 estágios curriculares, 7 foram realizados por alunos da Universidade Jean Piaget (no âmbito do protocolo existente com esta Universidade), e o restante estagiário frequentava a Escola Profissional de Magensinus.

No cômputo geral, foram admitidos 35 estagiários, sendo 1 Curricular, 27 Profissionais e 7 realizaram primeiramente estágio curricular e posteriormente estágio profissional.

Quanto à distribuição dos 35 estagiários, verificou-se que a maioria foi enquadrada na Área Comercial (30) e os restantes nos Serviços Centrais.



Apesar de 2010 ter sido um ano de recessão económica a nível mundial, os colaboradores não deixaram de ser beneficiados. Neste sentido, registou-se um aumento médio do salário de 1,25% e o subsídio de refeição, que a partir do mês de Novembro de 2011, passou a ser no valor 210 CVE diários.



Quanto aos prémios de produtividade, mantiveram-se os fixados em 2010, ou seja, atribuição entre 1 e 2,1 salários consoante os critérios definidos.

No final do primeiro trimestre do ano de 2011 terminou o processo de selecção de candidatos iniciado no último trimestre do ano anterior, tendo sido seleccionados 47

candidatos, dos quais 16 foram contratados em 2011 e 4 em Janeiro de 2012. Os restantes 27 se mantêm em carteira para uma possível futura admissão.

Autonomamente ao processo de recrutamento de novos Colaboradores, decorreu o de avaliação dos empregados, aplicado, igualmente pela empresa Coutinho, Neto & Orey. Esse processo foi composto por uma primeira fase de testes individuais, que teve lugar na cidade da Praia, contando com a presença de todos os Colaboradores; e, posteriormente por entrevistas pessoais realizadas nas diversas ilhas em que o Banco está instalado.

Aproveitando a presença de todos os Colaboradores na capital do país, realizou-se, no dia 09 de Abril de 2011, uma Reunião Geral de Quadros.

4.- Responsabilidade Social

Enquadrada na sua política de responsabilidade social, o Banco Interatlântico, continuou a apoiar durante o ano de 2011, embora de forma mais comedida diversas iniciativas promovidas por instituições públicas e privadas, igrejas, associações e ONG's nos domínios do **desporto**, da **cultura**, da **educação,** da **saúde** e das **autarquias locais**, quer sob a forma de patrocínio quer sob a forma de donativo.

Registou-se uma variação negativa de 40,37% face ao ano anterior, que corresponde em termos de valor a uma redução de aproximadamente 7.647 cts, dos patrocínios e donativos concedidos.

O Banco aprovou, durante o ano transacto, 17 donativos no montante de 2.960 contos e 34 patrocínios, no montante de 8.337 contos (no total de 11.297cts).

Os donativos e patrocínios representaram cerca de 8,8% dos resultados líquidos do Banco, elencados da seguinte forma:

Patrocinios	Valor
Patrocinios à Educação	170.000,00
Patrocinios às Câmaras Municipais	942.690,00
Patrocinios á Cultura	987.397,00
Patrocinios a espectáculos	935.050,00
Bolsas de estudo a estagiários	415.133,00
Patrocinios ao Desporto	2.685.003,00
Patrocinio a Associação de Empregados	1.767.700,00
Diversos	433.660,00
Total	**8.336.633,00**

Donativos	Valor
Donativos a Instituições de apoio às crianças	1.980.000,00
Associação de Empregados do BI	420.000,00
Donativos para a área da Saúde	75.000,00
Donativos para a área da Educação	145.000,00
Diversos	340.000,00
Total	**2.960.000,00**

5.- Análise da situação económico-financeira

5.1.- Evolução do Balanço

O Activo líquido ascendeu a 17,9 milhões de contos, o que representou um decréscimo de 1,62% face ao ano transacto, para o qual contribuí fundamentalmente a redução das disponibilidade no Banco Central, as aplicações em Instituições de Crédito e o investimento em títulos de dívida pública.

No lado do Passivo destaca-se a redução dos Recursos de Clientes, compensado parcialmente pelos recursos de Instituições de Crédito.

Balanço a 31 de Dezembro

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	Dez-11/ Dez10 %	Dez-11/ Dez10 Valor
ACTIVO	**18.274.477**	**17.978.206**	**-1,62%**	**-296.271**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	3.210.399	2.215.700	-30,98%	-994.699
Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	152.402	156.673	2,80%	4.271
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	343.532	8,03%	25.536
Aplicações em Instituições de Crédito	629.204	274.348	-56,40%	-354.856
Titulos de Divída Pública	1.895.836	1.715.870	-9,49%	-179.966
Crédito a clientes	11.682.833	12.827.600	9,80%	1.144.767
Activos não correntes detidos para venda	0	17.129	N/A	17.129
Outros activos tangíveis	284.501	305.181	7,27%	20.679
Activos intangíveis	5.677	3.859	-32,02%	-1.818
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos	36.737	40.804	11,07%	4.066
Activos por impostos Correntes/diferidos	34.751	52.202	50,22%	17.451
Outros activos	24.141	25.308	4,84%	1.168
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**18.274.477**	**17.978.206**	**-1,62%**	**-296.271**
Recursos de Instituições de Crédito	322.492	1.675.173	419,45%	1.352.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	13.902.555	-10,73%	-1.671.779
Passivos Subordinados	513.823	514.017	0,04%	195
Passivos por impostos Correntes/diferidos	5.117	11.362	122,04%	6.245
Outros passivos	362.549	316.144	-12,80%	-46.405
Capital Social	1.000.000	1.000.000	0,00%	0
Prémios de emissão	388	388	0,00%	0
Reservas de reavaliação	16.878	23.966	41,99%	7.088
Outras reservas e resultados transitados	348.820	413.857	18,65%	65.038
Resultado do exercício	130.076	120.743	-7,17%	-9.333

A nível do Activo, justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

A rubrica "Caixa" atingiu o montante de 453.515 contos, sendo 256.912 contos relativo a notas e moedas nacionais e 196.603 em divisas. A rubrica "Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde" inclui os depósitos de carácter obrigatório que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição das disponibilidades mínimas de caixa.

Estas últimas mantiveram-se em 16% ao longo de todo o ano, mas sofreram alterações na sua base de incidência, que passaram a incluir 50% dos depósitos do sector público a partir de Julho de 2011 e a totalidade dos mesmos a partir de 1 de Dezembro de 2011.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias no último período de observação do ano teve em consideração o valor dos saldos médios dos depósitos junto do Banco de Cabo Verde durante o período de 16 á 31 Dezembro 2011, que se situou em 1.709.990 contos, enquanto a disponibilidade mínima de caixa obrigatória se situou em 1.649.849 contos (correspondente a 16% dos saldos médios de depósitos no período de 1 á 15 de Dezembro), registando um excesso de reservas de 60.140 contos. O valor registado em final de 2010, incluía uma disponibilidade extraordinária de cerca de 600.000 contos que se venceu em 30 de Dezembro e que só foi reaplicada no início de 2011.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Caixa e Disponibilidades em Bancos Central	**3.210.399**	**2.215.700**	**-30,98%**
Caixa	**390.904**	**453.515**	**16,02%**
Em moeda nacional	236.779	256.912	8,50%
Em divisas	154.125	196.603	27,56%
Banco de Cabo Verde	**2.819.495**	**1.762.185**	**-37,50%**

Nas **aplicações em Instituições de Crédito** são considerados os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro e que dizem respeito a valores recebidos nos últimos dias do ano e que foram enviados para cobrança já nos primeiros dias úteis de 2012.

O acréscimo dos depósitos em Instituições de Crédito no País diz respeito a depósito existente na nossa conta junto do BCA, para fazer face a transacções entre as duas instituições.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	**152.402**	**156.673**	**2,80%**
Outras Disponibilidades sobre IC`s no País	**33.799**	**102.987**	**204,71%**
Cheques a Cobrar	33.217	87.606	163,74%
Depósitos à ordem	582	15.381	2543,46%
Disponibilidades sobre IC`s no Estrangeiro	**118.604**	**53.686**	**-96,53%**
Cheques a Cobrar	42.171	31.266	-25,86%
Depósitos à ordem	76.432	22.420	-70,67%

Em 31 de Dezembro de 2011, a carteira de Títulos da Dívida Publica era composta exclusivamente por obrigações do Tesouro, no montante total de 1.695.940 contos á taxa média de 5,56%. A variação negativa de 9,41% encontra justificação no reembolso de títulos existentes em carteira á 31-12-2010, não tendo sido subscritos novos ao longo do ano em função das baixas taxas registadas nos leilões.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Títulos da dívida pública	**1.895.836**	**1.715.870**	-9,49%
De Dívida pública Caboverdiana	1.872.030	1.695.940	-9,41%
Rendimentos receber Banco	23.806	19.930	-16,28%

Os **Activos Tangíveis (brutos),** atingiram o montante 852.488 contos representando um crescimento de 9,95%, face a Dezembro 2010. Esse crescimento deveu-se à

aquisição do imóvel onde se situa a Agência da Stª Maria na Ilha do Sal; a aquisição de 5 viaturas; 9 ATM's; Gerador para a Sede; 10 Computadores e outro material informático, substituição dos aparelhos de ar condicionado nas Agências do Mindelo; Achada S. António e Plateau e compra de mobiliário e equipamento diverso para Departamentos Centrais.

Quanto a abates, foram abatidos ao activo em 2011 dois bens: um gerador cujo valor residual foi de 214 contos destinado a venda (gerando uma mais-valia de 130 contos) e um frigorífico para oferta a uma escola na Ilha de S. Vicente.

Os activos intangíveis registaram um decréscimo de 32,02% face a Dezembro de 2010. As aquisições ocorridas durante o ano centraram-se sobretudo em software para permitir novas funcionalidade no Bin@net e para automatização de transacções SWIFT, de forma a minimizar os riscos operacionais.

Mil CVE

Activos Intangveis e Tangíveis	Dez-10	Dez-11	%
Activos Tangiveis	**284.501**	**305.181**	**7,27%**
Activos Tangiveis Bruto	**775.312**	**852.488**	**9,95%**
Terreno	38.732	38.732	0,00%
Imóveis de Serviço Próprio	77.328	114.444	48,00%
Outras Despesas em Edifícios Arrendados	272.859	259.719	-4,82%
Mobiliário e material	43.284	44.161	2,03%
Máquinas de uso administrativo	21.249	22.663	6,65%
Equipamento informático	212.326	245.097	15,43%
Equipamento de transmissão	12.576	13.402	6,57%
Material de Transporte	53.669	66.969	24,78%
Equipamento de segurança	11.486	11.538	0,46%
Outro equipamento	31.647	35.606	12,51%
Outras activos Tangíveis	157	157	0,00%
Amortizações Acumuladas	**474.056**	**529.634**	**11,72%**
imparidade Outros activos tangíveis	**16.755**	**17.673**	**5,48%**
Activos Intangiveis	**5.677**	**3.859**	**-32,02%**
Sistemas de Software	78.892	80.241	1,71%
Amortizações Acumuladas	73.215	76.382	**4,33%**

O **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos** considera apenas a participação na SISP cujo valor de aquisição inicial foi de 10.000. Em 2008 a avaliação pela equivalência patrimonial implicou uma valorização de 18.571 contos, em 2009 de 6.246 contos e em 2010 de 5.068 contos (antes de dividendos). Em 2011 o capital próprio da SISP atingiu o valor de 408.036 contos pelo que a participação do BI (10% do capital) atingiu o valor de 40.804 contos.

Em termos da análise das contas da SISP, de 2011, salientamos os seguintes indicadores:

- Activo Líquido de 588,2 milhões de escudos, que representa uma redução de 4,98% face ao ano anterior e Passivo no valor total de 183,02 milhões de

escudos, o que representa uma forte diminuição, 27,31%, face ao ano anterior.

- Os Capitais Próprios registaram um aumento de 37,9 milhões de escudos, (+10,32%) face ao ano transacto.

- Resultado Líquido conheceu um aumento na ordem dos 12,96 milhões de escudos, atingindo o valor de 75,3 milhões de escudos, motivado sobretudo pelo aumento das receitas proveniente dos serviços de Pagamento Automático Vinti4.

Nos **Outros Activos**, estão registados as comissões a receber do Estado pelos serviços prestados relativos aos pagamentos dos impostos dos contribuintes nas Agências do BI, cujo montante, em 31-12-2011, atingia os 6.387 contos; devedores diversos (11.998 contos); Cheques em trânsito (3.529 contos); custos administrativos (3.051 contos); receitas deferidas (2.525 contos), subsídio de falhas de caixa (1.589 contos para serem pago no inicio de janeiro de 2012); fundo maneio (210 contos) património artístico (606 contos); despesas a CGD (218 contos) e outros (63 contos). Em relação a Imparidade sobre os mesmos activos, houve um reforço de 1.184 contos.

Outros Activos	Dez-10	Dez-11	%
Residente	**26.081**	**29.958**	**14,87%**
Comissões a Receber do estado	5.690	6.387	12,25%
Património Artístico	606	606	0,00%
Receitas Deferidas	4.320	2.525	-41,54%
Custos Deferidos	2.737	3.051	11,51%
Falhas de Caixa	1.436	1.589	10,66%
Fundo Maneio	210	210	0,00%
Cheques Devolvidos - Pendentes Compensação	0	0	0,00%
Cheques em trânsito	2.310	3.529	52,79%
Visa - Regularização	0	62,53	100,00%
Outros Devedores	8.772	11.998	36,77%
Não Residente	**1.744**	**218**	**-87,47%**
Valores a Reembolsar - CGD	1.744	218	-87,47%
Total	**27.824**	**30.177**	8,45%

A nível do **Passivo,** justificam-se os seguintes sublinhados por mais relevantes:

O crescimento dos "**Recursos de Outras Instituições de crédito no país**" tem a ver com a reclassificação das empresas Seguradoras que anteriormente estavam classificadas como recurso de clientes. Em relação aos recursos nas "Instituições Financeiras no Estrangeiro" temos que destacar a Linha de "Trade Finance" com a Caixa Geral de Depósitos Paris, que em 31-12-2011 atingia um montante de 93.331 contos, a Linha de Crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento " AFD", no valor de 98.182 contos, a Linha de Tesouraria junto da CGD no montante de 1.388.792 contos e da conta Unicre em 1.840 contos.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Recursos de IC's	**322.492**	**1.675.173**	**419,45%**
Do país	1	89.071	
Do estrangeiro	319.428	1.582.146	395,31%
Encargos a pagar	3.063	3.955	29,13%

Nas **Responsabilidades Representadas por Títulos** está registada a emissão de obrigações subordinadas subscrita em Julho de 2008 no montante de 500.000.000$00, cuja taxa, após a realização de uma Assembleia Geral de Obrigacionistas em 2009, passou a ser fixa e no valor de 6,0% até 2013.

Nos **Outros Passivos** registou-se um decréscimo de 15,24%, sendo que os recursos conta caução dos Créditos documentários e créditos viaturas decresceram 17,53% e outros credores em 14,64%

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Outros passivos	**362.549**	**316.144**	**-12,80%**
Recursos - conta caução	75.787	62.504	-17,53%
Credores – Diversos	286.761	253.639	0

Os Outros Passivos têm o seguinte desdobramento:

Mil CVE

Outros Credores	Dez-10	Dez-11
Recursos - conta caução	75.787	62.504
Imposto retido na fonte	15.777	18.067
Pensão a pagar aos pensionista	133.508	113.132
Subsdio de falhas	2.416	2.362
Outros custos com pessoal	18.822	29.490
Custo administrativos Pagar	33.957	19.869
Outros credores	27.042	9.754
Sobra de Caixa	2.381	2.485
Anuidades dos Cartões R24	3.677	4.685
Anuidades dos Cartões Visa	5.672	9.392
Conta caução - compensação	17.122	6.025
Compensação Sisp	1.496	11.547
ATM - VINTI 4	24.891	26.830
Total	**362.549**	**316.144**

5.2.- Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido fixou-se em 120.743 contos e teve um decréscimo de 7,17% face ao mesmo período do ano anterior. Esse decréscimo deve-se fundamentalmente ao aumento da imparidade do crédito, pois o Banco apresentou um bom desempenho quanto ao crescimento das margens financeira (5,23%) complementar (37,84%) e manteve uma estabilidade nos custos de estrutura.

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Juros e Proveitos Equiparados	1.103.092	1.222.851	10,86%
Juros e Custos Equiparados	468.164	554.740	18,49%
Margem Financeira	**634.929**	**668.110**	**5,23%**
Rendimentos de instrumentos de capital	8.900	19.614	120,39%
Rendimentos de serviços e comissões	124.866	147.957	18,49%
Encargos com serviços e comissões	34.961	26.098	-25,35%
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	-9	N/A
Resultados de reavaliação cambial	40.877	51.265	25,42%
Resultados de alienação de outros activos	182	131	-27,86%
Outros resultados de exploração	40.282	55.450	37,65%
Margem Complementar	**180.145**	**248.310**	**37,84%**
Produto Bancário	**815.074**	**916.421**	**12,43%**
Custos de Estrutura	**527.202**	**525.055**	**-0,41%**
Custos com Pessoal	190.337	208.540	9,56%
Gastos gerais administrativos	273.442	251.000	-8,21%
Amortizações do exercício	63.424	65.515	3,30%
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	164.862	265.315	60,93%
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12.226	-2.103	-117,20%
Resultados em empresas associadas	5.068	7.810	54,10%
Resultado Antes de Impostos	**140.304**	**131.758**	**-6,09%**
Imposto Corrente/Deferidos	10.228	11.015	7,69%
RESULTADO LÍQUIDO	**130.076**	**120.743**	**-7,17%**

Os **Juros e Proveitos Equiparados** registaram um crescimento de 10,86%. Este crescimento deve-se aumento dos juros do crédito concedido em 12,71% e dos juros dos títulos emitidos pelas empresas residentes em 14,91%. O juro das aplicações diminuiu 40%, fruto da redução da liquidez excedentária do Banco que implicou uma diminuição nas aplicações em TRM e TIM.

Os **Juros e Custos Equiparados** registaram um crescimento de 18,49%, Este crescimento é devido ao aumento dos juros dos depósitos de clientes em 13,42%. Na rubrica de "Juros dos títulos no mercado do secundário" regista-se um decréscimo de 13,27%, fruto de uma menor utilização deste recurso ao longo do ano, e os "Juros das obrigações emitidas" que atingiu o montante de 29.860 contos.

Detalhando a evolução das principais componentes da margem financeira verificou-se:

- Crescimento dos Juros dos Crédito não representado por valores mobiliários de 123.395 contos (+14,40%) com maior peso nos empréstimos médio longo prazo que fixou-se em 533.761 contos (crescimento de 9,69%);

- Aumento nos juros dos Outros Créditos e Valores a Receber (titulados) de Outros Emissores Residentes em 5.846 contos (14,91%), deve-se aquisição de 50.000 Obrigações Tecnicil Imobiliária (Fevereiro/2011), 6.000 Obrigações Electra A (Maio 2011). Também contribui para o aumento a evolução da taxa Euribor em 2011 face ao ano de 2010;

- Diminuição dos Juros das Aplicações em IC's em 15.500 contos (-40,01%), que é justificado pela redução da liquidez do Banco e consequente menor aplicação em TRM e TIM.;

- Crescimentos dos Juros dos Depósitos a Prazo em 93.890 contos (+27,98%), sendo que nos depósitos à ordem de residentes aumentaram 10,25% e nos depósitos a prazo de Emigrantes aumentaram 26,64%;

- Diminuição dos juros dos títulos colocado no mercado secundário em 11.346 (-13,27%);

- Os Juros dos passivos subordinados que atingiram o valor de 29.860 contos;

- Aumento dos Juros outros recursos em IC's deveu-se ao maior recurso às Linhas de Tesouria disponibilizadas pela CGD em virtude da posição de liquidez do Banco;

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Margem Financeira	**634.929**	**668.110**	**5,23%**
Juros e e Rendimentos Similares	**1.103.092**	**1.222.851**	**10,86%**
Juros crédito concedido	**1.064.348**	**1.199.606**	**12,71%**
Descontos	10.509	13.160	25,22%
Créditos em conta corrente	130.678	155.637	19,10%
Descobertos	48.777	42.460	-12,95%
Outros créditos	16.789	20.461	21,88%
Empréstimos	610.075	687.710	12,73%
Recuperação de juros vencidos	33.380	53.250	59,52%
Credito ao pessoal	6.748	7.672	13,71%
Comissões recebidos associadas aos Custos Amortizados	67.727	76.724	13,28%
Outros créditos e valores a receber (titulados)	139.665	142.532	2,05%
De Dívida Pública Caboverdiana	100.461	97.482	-2,97%
De outros residentes	39.204	45.050	14,91%
Juros de Aplicações em IC's	**38.744**	**23.244**	**-40,01%**
Juros de aplicações em IC's no país	38.005	22.781	-40,06%
Juros de aplicações em IC's no estrangeiro	740	464	-37,26%
Juros e Encargos Similares	**468.164**	**554.740**	**18,49%**
Juros de Depósitos de Clientes	**335.543**	**380.584**	**13,42%**
Ordem	22.608	24.925	10,25%
A prazo residentes	200.782	199.538	-0,62%
A prazo não residentes	23.724	45.120	90,19%
Poupança jovem	6.038	6.655	10,23%
Poupança Emigrantes	82.392	104.345	26,64%
Titulos Mercado Secundário	**85.524**	**74.178**	**-13,27%**
Juros de Recursos de IC's	**10.707**	**61.924**	**478,34%**
Outros Juros	**6.529**	**7.900**	**21,00%**
Passivos Subordinados	**29.860**	**30.154**	**0,98%**

Quanto à **margem complementar** totalizou 248.310 contos um acréscimo de 68.165 contos comparando com período homólogo (crescimento de 37,84%).

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Margem Complementar	**180.145**	**248.310**	**37,84%**
Rendimentos de instrumentos de capital	**8.900**	**19.614**	**120,39%**
Rendimentos dos Outros Serviços Prestados	**124.866**	**147.957**	**18,49%**
Por garantias prestadas	**36.682**	**40.976**	**11,71%**
Garantias e avales	36.682	40.976	11,71%
Outras operações sobre instrumentos financeiros	**40.727**	**57.951**	**42,29%**
Outras operações sobre instrumentos financeiros	40.727	57.951	42,29%
Por Serviços Prestados	**46.926**	**48.877**	**4,16%**
Transferencias de Valores	575	592	2,94%
Gestão de cartões	26.683	26.030	-2,45%
Anuidades	6.205	7.394	19,15%
Montagem de operações	0	0	N/A
Prestação serviço diversos	13.462	14.861	10,39%
Por Operações Realizadas	**531**	**153**	**-71,20%**
Sobre titulos - em operações da bolsa valores	531	153	-71,20%
Encargos com serviços e comissões	**34.961**	**26.098**	**-25,35%**
Garantias e avales	1.672	1.050	-37,21%
Outros Serviços Prestados	33.289	25.048	-24,75%
Resultado em activos Disponiveis Para Venda	**0**	**-9**	**N/A**
Resultado em activos Disponiveis Para Venda	0	-9	N/A
Resultados de Reavaliação Cambial	**40.877**	**51.265**	**25,42%**
Perdas em operações cambiais	**36.705**	**21.713**	**-40,84%**
Em divisas	15.442	13.951	-9,65%
Notas e moedas estrangeiras	21.263	7.762	-63,49%
Ganhos em operações cambiais	**77.582**	**72.979**	**-5,93%**
Em divisas	27.214	29.352	7,86%
Notas e moedas estrangeiras	50.367	43.627	-13,38%
Resultados de alienação de outros activos	**182**	**131**	**-27,86%**
Outros Resultados de Exploração	**40.282**	**55.450**	**37,65%**
Outros Encargos e Gastos Operacionais	**21.581**	**23.038**	**6,75%**
Impostos Indirectos	**13.186**	**18.009**	**36,58%**
Imposto selo	0	0	N/A
Imposto sobre transporte rodovário	53	50	-5,08%
Taxas	3.967	4.530	14,18%
Outras custos de expoloração	9.165	13.429	46,51%
Quotizações e Donativos	**5.219**	**3.115**	**-40,30%**
Outros Encargos e Gastos Operacionais	**3.177**	**1.914**	**-39,74%**
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	**61.864**	**78.489**	**26,87%**
Reembolso de despesas	199	190	-4,31%
Rendimentos da prestação de serviços diversos	20.207	23.408	15,84%
Taxa de Serviços	37.981	44.904	18,23%
Outros Redimentos e Receitas Operacionais	3.477	9.986	187,22%

- Os Rendimentos Instrumentos de Capital, fixaram-se em 19.614 contos registando um aumento de 120% Esse crescimento deve-se aos dividendos recebido do BCA (total 17.500 contos enquanto que 2010 foi de 5.947contos), os dividendos da Sociedade de Tabacos de Cabo Verde manteve-se ao mesmo valor do período homólogo, enquanto os dividendos Garantia situou-se em 1.100 contos com um decréscimo de 44,39%;

- Os Rendimentos de Outros Serviços Prestados aumentaram 18,49% relativamente ao ano de 2010, atingindo um volume 124.866 contos. As operações sobre o estrangeiro (Transferências) aumentaram 42,29%; as comissões dos cartões Visa em 56,41% na sequência do aumento das transacções dos cartões; comissões das garantias e avales em 19,68% e as comissões dos créditos documentários aumentaram 5,49%;

- Os Encargos com Serviços e Comissões tiveram um decréscimo de 25,35% face ao mesmo período do ano anterior. Em Dezembro de 2011, os encargos com serviços e comissões situou-se em 26.096 contos enquanto em Dezembro de 2010 foi 34.961 contos. Essa diminuição deve-se à diminuição das comissões pagas aos correios pelos pagamentos dos pensionistas e diminuição das comissões com Visa;

- Os Resultados de Reavaliação Cambial tiveram um acréscimo de 25,42% face ao período homólogo. Os ganhos em operações cambiais situaram-se em 72.979 contos contra 77.582 contos em 2010, enquanto as perdas em operações cambiais foram de 21.713 contos contra 36.705 em 2010;

- Os Outros Resultados de Exploração tiveram uma variação positiva de 37,65%. Os Outros rendimentos de exploração fixaram-se em 78.489 contos contra 61.864 contos em 2010. Esta evolução resultou do aumento das prestações de serviço da R24 que teve uma variação positiva de 16,24%;

aumento das taxas de serviço em 18,23% e outros proveitos relacionados com as transferências

O **Produto Bancário**, em consequência dos acréscimos verificados nas margens financeiras e complementar, registou um acréscimo de 12,43% em relação ao Dezembro de 2010.

Os **custos de estrutura** – (custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações) – diminuíram 0,41% face a ano de 2010. O indicador "custos de estrutura em percentagem do produto bancário" – Cost to income – situou-se em 57,29% enquanto em 2010 foi de 64,68%,

Em relação a 2010, os **custos com pessoal** aumentaram 9,56% (+16.203 contos), em consequência reclassificação e promoção dos colaboradores; aumento dos estagiários remunerados; ajustamento salarial de 1,25%; aumento de subsidio de alimentação para 210 CVE diário, a partir de Novembro de 2011, aumento de quadro de pessoal no 2º semestres de 2011, e, o que se verificou pelo primeira vez, por recomendação dos auditores externos, foram provisionados os dias de férias de 2011 que os colaboradores têm direito devido ao trabalho efectuado em 2011, mas que apenas gozarão, por se vencer esse direito, no ano de 2012. Assim, o Banco registou este acréscimo de custo, que, na prática, duplicou no ano o custo das férias, no montante de cerca de 8.864 contos. Assim, na mesma base de 2010, os custos com pessoal tiveram um acréscimo de apenas 4,9%.

Relativamente aos **Órgãos de Gestão e Fiscalização**, o valor de crescimento de 3,77%, deriva do facto de no ano transacto o prémio de produtividade ter sido em parte pago em contrapartida da provisão constituída para o mesmo prémio destinado aos trabalhadores. Colocados os valores na mesma base, houve de facto uma redução das remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização em 8%, como se comprova no quadro seguinte:

Descritivos	Valores Acumulados			
	Dez-11	Dez-10	Variação 2011-2010	
Remuneracoes dos ogãos de gestão e fiscalização	***29.523***	***32.235***	***-2.712***	***-8%***
Remuneracao mensal	*20.829*	*20.829*	*0*	*0%*
Subsidio de ferias	*1.204*	*1.204*	*0*	*0%*
Subsidio de natal	*1.204*	*1.204*	*0*	*0%*
Subsidio de gestao	*1.440*	*1.440*	*0*	*0%*
Previdencia social adm	*748*	*748*	*0*	*0%*
Premio de produtividade	*4.098*	*6.810*	*-2.712*	*-40%*

Os **Gastos Administrativos** decresceram 8,21% face ao período homólogo. Para tal contribuiu a redução das publicidades e edições em 29,88% (-11.064 contos); diminuição em serviços especializados em 9,35% (-11.351 contos); formação de pessoal em 66,88% (6.785 contos); diminuição em comunicação expediente em 11,04% (-2.062 contos) e Seguros em 15% (-998 contos).

Os Gastos Administrativos que registaram maior crescimento em 2011 foram:

- Recrutamento de Pessoal que se situou em 7.802 contos;
- Agua Energia e Electricidade com aumento de 12,31% (2.553 contos), refletindo o grande aumento dos preços verificado no mercado em virtude do aumento do preço do petróleo e que tem passado directamente para a economia;
- Impressos e Materiais de Expediente que registaram um crescimento de 8,45% (1.036 contos).
- Rendas e Aluguer com o crescimento de 535 contos que se deveu ao aluguer dum espaço no Edifício Sede. Em contrapartida tivemos, no 2º Trimestre de 2011, a aquisição da agência da Stª Maria que resultou numa diminuição de rendas num valor mensal de 174 contos.

O aumento das amortizações do exercício reflectiu principalmente o investimento contínuo em informática, a remodelação dos equipamentos e aquisição de viaturas. As Amortizações do Exercício fixaram-se em 65.515 contos, um acréscimo de 3,3% face ao período homólogo.

Mil CVE

	Dez-10	Dez-11	%
Custo de Estrutura	**527.202**	**525.055**	**-0,41%**
Custos com pessoal	**190.337**	**208.540**	**9,56%**
Remuneração de Órgãos de Gestão e Fiscalização	27.730	28.775	3,77%
Remuneração de empregados	105.539	111.972	6,10%
Remuneração adicionais	5.121	8.661	69,12%
Outras remunerações	32.735	38.912	18,87%
Encargos sociais	19.211	20.220	5,25%
Outros custos com pessoal	0	0	N/A
Gastos gerais administrativos	**273.442**	**251.000**	**-8,21%**
Agua, Energia E Combustiveis	20.733	23.286	12,31%
Impressos E Material De Consum	10.900	12.247	12,36%
Publicações	0	0	N/A
Outros Fornecimentos De Tercei	1.365	1.066	-21,88%
Rendas E Alugueres	27.807	28.342	1,93%
Comunicacoes E Desp De Expedic	18.681	16.619	-11,04%
Deslocacoes, Estadas E Represe	7.139	8.835	23,75%
Publicidade E Edicao De Public	37.026	25.962	-29,88%
Conservacao E Reparacao	4.579	4.586	0,17%
Transportes	3.429	3.451	0,62%
Formacao De Pessoal	10.145	3.360	-66,88%
Seguros	6.268	5.270	-15,92%
Servicos Especializados	121.455	110.104	-9,35%
Outros Servicos De Terceiros	3.914	7.883	101,42%
Amortizações do Exercícios	**63.424**	**65.515**	**3,30%**
De outros activos intangíveis	**3.670**	**3.167**	**-13,70%**
De outros activos intangíveis	3.670	3.167	-13,70%
Outros activos tangíveis	**59.753**	**62.348**	**4,34%**
De imóveis de serviço	1.250	1.530	22,40%
Obras em edfícios arrendados	14.686	14.641	-0,30%
De equipamento	43.818	46.177	5,38%

O Resultado Líquido cifrou-se em 120.743 contos o que comparativamente ao ano anterior evidencia um decréscimo de 7,17%.

5.3.- Rácios Prudenciais

No domínio da solidez financeira, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido, destacando-se o rácio de solvabilidade com um valor de 14,40%, ligeiramente abaixo do ano transacto (14,62%), mas bastante acima do limite legal de 10%.

Os fundos próprios elegíveis atingirão o valor de 1.925.641 contos e os fundos próprios de base os 1.470.758 contos. De realçar este último valor que permitiu ao Banco encerrar o exercício com um rácio de 11,0% (10,98% no ano anterior) nos fundos próprios de base ou seja o “core Tier one” é superior ao rácio de solvabilidade exigido pelo Banco de Cabo Verde o que permite ao BI afirmar que cumpre as regras mais exigentes a nível da solvabilidade bancária que estão em preparação e nível da regulamentação internacional.

Gestão do Capital	Dez-10	Dez-11	Variação
Fundos Proprios de Base	**1.408.569**	**1.470.759**	**62.190**
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	495.604	560.642	65.038
Resultado Líquido	65.038	60.372	(4.666)
Resultados Transitados e outros (Impacto transicção para NIRF)	(152.073)	(150.256)	1.818
Fundos Próprios Complementares	**508.439**	**511.983**	**-**
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Outras Reservas de reavaliação		11.983	
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	8.439	-	N/A
Deduções aos Fundos Próprios totais	**40.512**	**57.101**	**16.589**
Participações em Instituições de Crédito	40.512	57.101	16.589
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíves	**1.876.496**	**1.925.641**	**49.145**
Total do Activo Ponderado	**12.833.436**	**13.371.553**	**538.117**

Rácios	Dez-10	Dez-10	Variação
Fundos Proprios de Base	10,98%	11,00%	0,02%
Fundos Próprios Complementares	3,96%	3,83%	-0,13%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,32%	-0,43%	-0,11%
Rácio de Solvabilidade	**14,62%**	**14,40%**	**-0,22%**

Em relação aos outros rácios prudenciais, o Banco registou no fim do ano transacto os seguintes excessos de cobertura/ diferenças em relação aos mínimos legalmente exigidos:

Rácio Prudencial	Valor Mínimo	Valor observado em 2011
Cobertura do Imobilizado	100% dos Fundos Próprios	215,00%
Cobertura das Responsabilidades		
Exigíveis até 7 dias	20,00%	25,64%
Exigíveis até 30 dias	20,00%	61,49%
Exigíveis até 90 dias	20,00%	81,76%
Exigíveis em prazo> 90 dias	20,00%	93,61%
Títulos da Dívida Pública	632.943 Contos	1.695.940 Contos

6.- Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

7.- Proposta de distribuição de resultados

Tendo em conta a política de capitalização do Banco Interatlântico e o resultado líquido do exercício de 2011, propõe-se a seguinte distribuição:

- Para Reserva Legal, 10% (dez por cento);
- A distribuir pelos Accionistas, 24,8% (vinte e quatro virgula oito por cento);
- O restante a afectar a Outras Reservas

Dstribuição de resultados 2011

	Distribuição	%
Lucro liquido	120.743.027,84	100,00%
Reserva Legal (10%)	12.074.302,78	10,00%
Outras Reservas	78.668.725,06	65,15%
A Distribuir pelos accionistas	30.000.000,00	24,85%

Nota: Em Assembleia-Geral do Banco Interatlântico, realizada no dia 24 de Abril de 2012, foi aprovada a aplicação de resultados do exercício de 2011, nos termos propostos, tomando os Senhores accionistas conhecimento que a distribuição de dividendos ficava condicionada à não oposição do Banco de Cabo Verde, nos termos do anexo à carta daquele Banco refª GAC/024/12, de 27 de Janeiro de 2012.

8.- Considerações finais

O Exercício económico de 2011 foi, sem margem para duvida, particularmente difícil para a actividade bancária, resultado da persistência da crise económica e financeira internacional que afecta de forma particular os países europeus, alguns dos quais parceiros privilegiados de Cabo Verde. A exposição dos Bancos nacionais ao sector da imobiliária turística e a persistência da profunda crise que afecta este sector obrigou a um reforço significativo de imparidade sobre as operações ligadas a este sector de actividade, com impacto negativo nos resultados dos bancos.

O Banco Interatlântico, registou, no exercício que ora finda, uma evolução muito positiva da sua actividade, a nível do crédito, onde registou uma taxa de crescimento superior ao verificado no sector. No entanto, a nível dos depósitos verificou-se uma contracção importante, devido essencialmente a uma drástica redução das disponibilidades do segmento empresarial da carteira do Banco, que suplantou de longe, o bom desempenho verificado a nível do segmento de particulares.

Apesar do crescimento registado a nível do credito e da decréscimo dos depósitos, os resultados líquidos do exercício registaram, uma ligeira diminuição em relação ao exercício de 2010, devido à forte concorrência verificada a nível da captação de recursos, e a um reforço prudencial de imparidade, particularmente no sector da imobiliária turística. Estes resultados permitem no entanto proporcionar uma rentabilidade dos capitais próprios, a um nível ainda satisfatório, considerando as referências a nível internacional.

O Rácio de Solvabilidade do Banco continua ainda a um nível adequado de 14,4%.

O Banco continua a gozar duma boa notoriedade e credibilidade, reforçadas pela sua participação activa, cedendo fundos, no mercado monetário interbancário num contexto marcado por falta de liquidez generalizada no sistema bancário nacional.

Os recursos humanos da Instituição beneficiaram de um esforço considerável de formação no sentido da adaptar as suas competências às exigências do exercício das suas funções e à melhoria da qualidade do serviço prestado.

Pelos resultados alcançados, agradecemos em primeiro lugar os nossos clientes pela confiança e preferência demonstradas.

Os nossos agradecimentos vão ainda para as seguintes entidades:

Os nossos accionistas, pela confiança depositada no Conselho da Administração e pela atenção com que acompanha o desenvolvimento da Instituição.

O Banco de Cabo Verde, pela sua reforçada atenção em matéria de supervisora e pelos esforços permanentes, visando garantir a solidez e a credibilidade do sistema financeiro nacional, num contexto particularmente difícil.

Os membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das actividades do Banco;

Os trabalhadores e colaboradores do Banco, pela dedicação, profissionalismo e os esforços consentidos para consecução dos objectivos alcançados.

Praia, 31 de Março de 2012.

Fernando Marques Pereira

Teófilo Figueiredo Almeida Silva

Manuel Fernando Monteiro Pinto

António Carlos Moreira Semedo

Luis de Carvalho Machado

ANEXOS

BALANÇO 2011

ACTIVO	Dez-11			Dez-10	De/11-Dez/10	
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido		Variação	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700.044	0	2.215.700.044	3.210.398.906	-994.698.862	-30,98%
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.672.871	0	156.672.871	152.402.156	4.270.715	2,80%
Activos financeiros disponíveis para venda	383.614.091	-40.082.275	343.531.816	317.996.205	25.535.611	8,03%
Aplicações em instituições de crédito	274.348.014	0	274.348.014	629.203.908	-354.855.894	-56,40%
Títulos de Dívida Pública	1.715.869.719	0	1.715.869.719	1.895.835.869	-179.966.150	-9,49%
Crédito a clientes	13.840.337.318	-1.012.737.403	12.827.599.916	11.682.833.152	1.144.766.763	9,80%
Activos não correntes detidos para venda	17.129.270	0	17.129.270	0	17.129.270	N/A
Outros activos tangíveis	852.488.286	-547.307.566	305.180.720	284.501.379	20.679.341	7,27%
Activos intangíveis	80.241.276	-76.382.136	3.859.140	5.676.737	-1.817.597	-32,02%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.803.629	0	40.803.629	36.737.292	4.066.337	11,07%
Activos por impostos correntes	29.078.616	0	29.078.616	5.437.470	23.641.146	434,78%
Activos por impostos diferidos	23.123.383	0	23.123.383	29.313.125	-6.189.742	-21,12%
Outros activos	30.176.944	-4.868.542	25.308.402	24.140.509	1.167.892	4,84%
Total do Activo	**19.659.583.461**	**-1.681.377.922**	**17.978.205.540**	**18.274.476.708**	**-296.271.168**	**-1,62%**
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
Recursos de outras instituições de crédito			1.675.172.571	322.492.007	1.352.680.564	419,45%
Recursos de clientes e outros empréstimos			13.902.554.959	15.574.334.165	-1.671.779.206	-10,73%
Passivos Subordinados			514.017.241	513.822.623	194.618	0,04%
Provisões			0	0	0	N/A
Passivos por impostos correntes			0	320.588	-320.588	-100,00%
Passivos por impostos diferidos			11.362.345	4.796.608	6.565.737	136,88%
Outros passivos			316.143.564	362.548.578	-46.405.015	-12,80%
Total do Passivo			**16.419.250.680**	**16.778.314.570**	**-359.063.891**	**-2,14%**
Capital			1.000.000.000	1.000.000.000	0	0,00%
Prémios de emissão			388.453	388.453	0	0,00%
Reservas de reavaliação			23.965.978	16.878.385	7.087.593	41,99%
Outras reservas			560.253.792	495.215.893	65.037.899	13,13%
resultados Transitados			0	0	0	N/A
Resultados transitados ajustamentos			-146.396.392	-146.396.392	0	0,00%
Resultado do exercício			120.743.029	130.075.799	-9.332.770	-7,17%
Total do Capital próprio			**1.558.954.860**	**1.496.162.138**	**62.792.722**	**4,20%**
Total do Passivo e do Capital Próprio			**17.978.205.540**	**18.274.476.708**	**(296.271.168)**	**-1,62%**

Responsável da Contabilidade,

Demonstração de Resultado 2011 Comparativo

	Dez-11	Dez-10	De/11-Dez/10	
Juros e rendimentos similares	**1.222.850.585**	**1.103.092.294**	**10,86%**	**119.758.290**
Juros e Rendimentos Créditos	**1.199.606.118**	**1.064.348.005**	**12,71%**	**135.258.113**
Juros Crédito não rep. por valores mobiliários	980.350.731	856.955.650	14,40%	123.395.082
Juros dos Títulos de dívida	97.481.525	100.461.452	-2,97%	-2.979.927
Juros titulos dos outros residentes	45.050.113	39.203.678	14,91%	5.846.435
Comissões dos Creditos	76.723.748	67.727.225	13,28%	8.996.523
Juros das Aplicações	23.244.467	38.744.289	-40,01%	-15.499.823
Juros e encargos similares	**554.740.274**	**468.163.607**	**18,49%**	**86.576.667**
Juros e Depositos	**503.610.462**	**421.067.242**	**19,60%**	**82.543.220**
Juros Depositos Clientes	429.432.809	335.543.299	27,98%	93.889.509
Juros dos T. M. S	74.177.653	85.523.943	-13,27%	-11.346.290
Juros Obrigações Emitidas	30.154.278	29.860.215	0,98%	294.063
Juros Recurso IC's	13.075.601	10.707.176	22,12%	2.368.425
Juros Prémio Obrigações	7.899.933	6.528.974	21,00%	1.370.959
MARGEM FINANCEIRA	**668.110.311**	**634.928.687**	**5,23%**	**33.181.624**
Rendimentos de instrumentos de capital	19.613.743	8.899.588	120,39%	10.714.155
Rendimentos de serviços e comissões	147.956.996	124.866.119	18,49%	23.090.876
Encargos com serviços e comissões	26.098.066	34.960.670	-25,35%	-8.862.604
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(9.000)	-	#DIV/0!	-9.000
Resultados de reavaliação cambial	51.265.418	40.876.513	25,42%	10.388.905
Resultados de alienação de outros activos	130.950	181.532	-27,86%	-50.582
Outros resultados de exploração	**55.450.253**	**40.282.289**	**37,65%**	**15.167.964**
Outros Proveitos de Exploração	78.488.750	61.863.564	26,87%	16.625.186
Outros Custos de Exploração	23.038.497	21.581.275	6,75%	1.457.222
MARGEM COMPLEMENTAR	**248.310.294**	**180.145.371**	**37,84%**	**68.164.922**
PRODUTO BANCÁRIO	**916.420.605**	**815.074.058**	**12,43%**	**101.346.546**
Custos com pessoal	208.539.866	190.336.509	9,56%	18.203.357
Gastos gerais administrativos	250.999.797	273.441.734	-8,21%	-22.441.936
Amortizações do exercício	65.514.842	63.423.551	3,30%	2.091.291
CUSTO DE ESTRUTURA	**525.054.505**	**527.201.793**	**-0,41%**	**(2.147.288)**
Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-		-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e re	**265.315.234**	**164.862.483**	**60,93%**	**100.452.751**
Constituição	1.322.763.426	1.155.166.242	14,51%	167.597.184
Reposições e anulações	1.057.448.192	990.303.759	6,78%	67.144.433
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	**2.102.893**	**(12.226.101)**	**-117,20%**	**14.328.994**
Constituição	2.102.893	-	#DIV/0!	2.102.893
Reposições e anulações	-	12.226.101	-100,00%	(12.226.101)
Resultados em empresas associadas	7.809.716	5.068.062	54,10%	2.741.654
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**131.757.689**	**140.303.945**	**-6,09%**	**(8.546.256)**
Correntes	-	320.588	-100,00%	(320.588)
Diferidos	11.014.660	9.907.558		
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	**120.743.029**	**130.075.799**	**-7,17%**	**(9.332.770)**

Responsável da Contabilidade

A Administração.

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas do Conselho de Administração do Banco Interatlântico

Exmºs Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto no artigo trigésimo terceiro dos Estatutos do Banco Interatlântico, durante o ano de 2011 o Conselho Fiscal acompanhou o funcionamento e a evolução dos negócios do Banco, analisou e verificou os principais actos de gestão e procedeu à análise mensal das contas e das demonstrações financeiras.

Nos termos da alínea f) do referido artigo dos Estatutos do Banco, o Conselho Fiscal debruçou-se, ainda, sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração tendo emitido um parecer que ficou registado em Acta, de 31 de Maio de 2011, e anexado ao Relatório mencionado, posteriormente enviado ao accionista Caixa Geral de Depósitos para ser presente às autoridades de supervisão bancária em Portugal.

No âmbito das atribuições cometidas ao Conselho Fiscal, examinámos o Relatório e Contas do Conselho de Administração referentes ao exercício de 2011, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro e as respectivas demonstrações financeiras que incluem a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e as variações patrimoniais.

Analisámos, ainda, o conteúdo do relatório do auditor Deloitte & Associados, SROC S.A., que autentica a veracidade e conformidade plena das contas e das demonstrações financeiras do Banco Interatlântico e verificámos a sua concordância com a informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração em todos os aspectos materialmente relevantes.

No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas em Acta da reunião ordinária anual de 2012 e comunicadas ao Conselho de Administração do Banco, o Conselho Fiscal entende que as verificações e análises efectuadas

proporcionam uma base aceitável para expressar o seu parecer sobre os documentos apresentados a esta Assembleia Geral, pelo que é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- o Relatório do Conselho de Administração;
- as Contas e as Demonstrações financeiras do exercício de 2011.

O Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração cuja colaboração simplificou o exercício das suas funções.

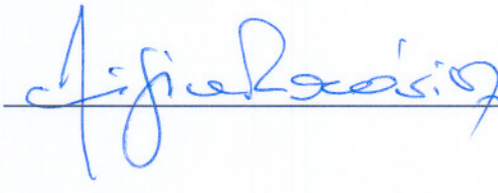
Cidade da Praia, 23 de Abril de 2012

O Presidente do Conselho Fiscal

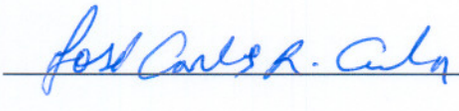


(João Manuel Barata da Silva)

Os Vogais do Conselho Fiscal



(João Higino do Rosário Silva)



(José Carlos Ramos Cunha)

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Interatlântico, S.A.R.L. ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de mCve. 17.978.206 e capitais próprios de mCve. 1.558.954, incluindo um resultado líquido de mCve. 120.743, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 35).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 23 de Abril de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2011 Activo Bruto	2011 Imparidade e amortizações	2011 Activo líquido	2010 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	2.215.700	-	2.215.700	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	156.673	-	156.673	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	5	383.614	(40.082)	343.532	317.996
Aplicações em instituições de crédito	6	274.348	-	274.348	629.204
Títulos de dívida pública	7	1.715.870	-	1.715.870	1.895.836
Crédito a clientes	8	13.840.337	(1.012.737)	12.827.600	11.682.833
Activos não correntes detidos para venda	9	17.129	-	17.129	-
Outros activos tangíveis	10	852.489	(547.308)	305.181	284.501
Activos intangíveis	11	80.241	(76.382)	3.859	5.677
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	40.804	-	40.804	36.737
Activos por impostos correntes	13	29.079	-	29.079	5.437
Activos por impostos diferidos	13	23.123	-	23.123	29.313
Outros activos	14	30.177	(4.869)	25.308	24.140
Total do Activo		19.659.584	(1.681.378)	17.978.206	18.274.475

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2011	2010
Recursos de outras instituições de crédito	15	1.675.173	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	13.902.555	15.574.334
Outros passivos subordinados	17	514.017	513.823
Passivos por impostos correntes	13	-	321
Passivos por impostos diferidos	13	11.363	4.797
Outros passivos	19	316.144	362.548
Total do Passivo		16.419.252	16.778.315
Capital	20	1.000.000	1.000.000
Prémios de emissão	21	388	388
Reservas de reavaliação	21	23.966	16.878
Outras reservas e resultados transitados	21	413.857	348.820
Resultado do exercício	21	120.743	130.074
Total do Capital próprio		1.558.954	1.496.160
Total do Passivo e do Capital Próprio		17.978.206	18.274.475

O Anexo faz parte integrante destes balanços.



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	22	1.222.850	1.103.092
Juros e encargos similares	23	(554.740)	(468.164)
MARGEM FINANCEIRA		668.110	634.928
Rendimentos de instrumentos de capital	24	19.614	8.900
Rendimentos de serviços e comissões	25	147.957	124.866
Encargos com serviços e comissões	25	(26.098)	(34.961)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	(9)	-
Resultados de reavaliação cambial	26	51.265	40.877
Resultados de alienação de outros activos	27	131	182
Outros resultados de exploração	28	55.452	40.282
PRODUTO BANCÁRIO		916.422	815.074
Custos com pessoal	29	(208.540)	(190.337)
Gastos gerais administrativos	30	(251.000)	(273.442)
Amortizações do exercício	10 e 11	(65.515)	(63.424)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(265.316)	(164.862)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(2.103)	12.226
Resultados em empresas associadas	12	7.810	5.068
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		131.758	140.303
Impostos			
Correntes	13	-	(321)
Diferidos	13	(11.015)	(9.908)
		(11.015)	(10.229)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		120.743	130.074
Número médio de acções ordinárias emitidas		100.000	97.260
Resultado por acção		1,21	1,34

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados					
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	600.000	388	6.734	78.635	321.695	(146.396)	253.934	193.955	1.055.011
Aumento de capital	400.000	-	-	-	-	-	-	-	400.000
Despesas incorridas no aumento de capital	-	-	-	-	(2.091)	-	(2.091)	-	(2.091)
Distribuição do resultado do exercício de 2009:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	19.395	77.582	-	96.977	(96.977)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(96.978)	(96.978)
Rendimento integral do exercício	-	-	10.144	-	-	-	-	130.074	140.218
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.000.000	388	16.878	98.030	397.186	(146.396)	348.820	130.074	1.496.160
Distribuição do resultado do exercício de 2010:									
Incorporação em reservas e resultados transitados	-	-	-	13.008	52.029	-	65.037	(65.037)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(65.037)	(65.037)
Rendimento integral do exercício	-	-	7.088	-	-	-	-	120.743	127.831
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	1.000.000	388	23.966	111.038	449.215	(146.396)	413.857	120.743	1.558.954

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2011	2010
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	8.832	13.617
Efeito fiscal	(1.744)	(3.473)
Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	7.088	10.144
Resultado líquido do exercício	120.743	130.074
Total do rendimento integral do exercício	127.831	140.218

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1.309.857	1.179.979
Pagamento de juros e comissões	(591.906)	(466.634)
Recuperação de crédito e juros vencidos	60.416	81.089
Resultados cambiais	51.265	40.877
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	42.919	45.215
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(466.366)	(457.822)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(23.963)	(32.361)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	382.222	390.343
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(16.714)	(5.250)
Aplicações em instituições de crédito	355.455	713.955
Créditos sobre clientes	(1.406.286)	(1.710.091)
Títulos de dívida pública	176.090	(101.090)
Outros activos	(16.772)	16.945
	(908.227)	(1.085.531)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.351.787	(415.901)
Recuros de clientes	(1.659.803)	2.077.660
Outros passivos subordinados	194	(118)
Outros passivos	(29.629)	(71.895)
	(337.451)	1.589.746
Caixa líquida das actividades operacionais	(1.245.678)	504.215
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Activos intangíveis	(1.350)	(5.056)
Outros activos tangíveis	(83.941)	(73.187)
Dividendos recebidos	23.357	12.048
Caixa líquida das actividades de investimento	(61.934)	(66.195)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento de capital	-	400.000
Despesas incorridas no aumento de capital	-	(2.091)
Dividendos distribuídos	(65.038)	(96.978)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(65.038)	300.931
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(990.428)	1.129.294
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.362.801	2.233.507
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2.372.373	3.362.801

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Abril de 2011, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2011	2010
1 USD	85,423	82,908

c) Instrumentos financeiros

i) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos detidos para negociação, ou outros activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros activos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde, uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados a crédito da rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, que correspondem a acções de empresas, são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" ou "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) o Banco recorre a avaliações de entidades externas, as quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo entre outros factores as expectativas de evolução da actividade futura da empresa, as taxas de juro e o prémio de risco de mercado e a volatilidade.

ii) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto a activos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes. Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 (mCve. 50.000 em 31 de Dezembro de 2010) ou que apresentem situações de incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c) i), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflicta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

d) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, incluindo custos ou proveitos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

e) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em "Activos não correntes detidos para venda".

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

f) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	12
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	5 - 4
Equipamento de segurança	5
Outro equipamento	6

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

i) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2011, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e à valorização de activos disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

l) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

m) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

o) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. c) ii). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das "Reservas de reavaliação". Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. c) ii)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

p) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações em vigor em 31 de Dezembro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETRAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 24 - "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
IAS 32 – Instrumentos financeiras: apresentação	1-Fev-10	Clarificação do standard ao nível da apresentação entre capital próprio e passivo
EMENDAS:		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas"	1-Jan-13	A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas).
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada em 2009)	1-Jan-15	Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar: a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício; b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas; c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento; d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.
IFRS 11 – "Empreendimentos conjuntos"	1-Jan-13	A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como "joint operation", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como "joint venture", no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo.
IFRS 12 – "Divulgações de interesses noutras entidades"	1-Jan-13	A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa.
IFRS 13 – "Mensuração do justo valor"	1-Jan-13	A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
EMENDAS:		
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o dereconhecimento; e activos financeiros que foram desreconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilistico dos seus ativos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilistico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.
IAS 1 - Emenda (“Presentation of Items of Other Comprehensive Income”)	1-Jul-12	As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integrado é apresentado.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa		
. Moeda nacional	256.912	236.779
. Moeda estrangeira	196.603	154.125
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	1.762.185	2.819.495
	2.215.700	3.210.399

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2011 e 2010, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos à ordem:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.711	3.612
. Em outras instituições no estrangeiro	19.710	72.821
. Em instituições no país	15.381	582
	37.802	77.015
Cheques a cobrar:		
. Sobre o estrangeiro	31.265	42.171
. Sobre o país	87.606	33.216
	118.871	75.387
	156.673	152.402

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Instrumentos de capital:		
Valorizados ao justo valor	351.282	325.707
Valorizados ao custo histórico	32.332	32.371
	383.614	358.078
Imparidade:		
Instrumentos de capital (Nota 18)	(40.082)	(40.082)
	343.532	317.996

	2011				
Título	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238.746	5,40%	255.374	26.639	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.809	956	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	5.897	4.578	-
	319.112		313.080	32.173	(38.202)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.094	0,65%	10.094	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	32.332		30.452	-	(1.880)
	351.444		343.532	32.173	(40.082)

n.d. - não disponível

	2010				
Título	Valor de aquisição	% de participação	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 18)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	222.000	4,99%	232.213	20.224	(10.011)
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	79.043	4,35%	51.323	471	(28.191)
Visa International Service Association	1.323	n.d.	3.969	2.646	-
	302.366		287.505	23.341	(38.202)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15.307	3,79%	13.427	-	(1.880)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10.133	0,65%	10.133	-	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	5.250	17,50%	5.250	-	-
Fundo G.A.R.I.	1.681	0,08%	1.681	-	-
	32.371		30.491	-	(1.880)
	334.737		317.996	23.341	(40.082)

n.d. - não disponível

Banco Comercial do Atlântico, S.A. e Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. e da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de mercado das acções do BCA, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era superior e inferior ao valor de balanço em mCve. 28.199 e mCve. 10.504, respectivamente. O Banco optou por valorizar as acções com base na avaliação acima mencionada, dada a reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de mercado das acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 1.407 e mCve. 2.517, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Os principais movimentos relativos a instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda durante os exercícios de 2011 e 2010 foram os seguintes:

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

No exercício de 2011, o Banco adquiriu 5.402 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., com um custo de aquisição de mCve. 16.746.

Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.

No exercício de 2011, o Banco vendeu 6 acções da Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A., pelo montante total de mCve. 39, tendo registado uma menos valia de mCve. 9 na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 5.250 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 17,5% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	100.000	200.000
- Títulos de regularização monetária	140.000	400.000
	240.000	600.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Na Caixa Geral de Depósitos:		
- Depósitos	25.892	21.614
. Outras instituições de crédito	8.625	8.358
	34.517	29.972
Juros a receber	97	116
Proveitos diferidos	(266)	(884)
	274.348	629.204

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Obrigações do Tesouro		
Valor Nominal	1.695.940	1.845.940
Bilhetes do Tesouro		
Valor Nominal	-	26.090
Juros a receber	19.930	23.806
	1.715.870	1.895.836

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) a), estes títulos encontram-se registados ao custo amortizado.

O valor nominal das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro cedidos com acordo de recompra ascendia, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a mCve. 1.087.500 e mCve. 1.210.356, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	92.524	93.828
. Empréstimos	29.757	52.538
. Descobertos em depósitos à ordem	280.842	211.154
. Outros créditos	109.027	94.977
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	7.608.222	7.378.297
. Créditos em conta corrente	2.125.804	2.369.663
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	7.951	10.247
. Descobertos em depósitos à ordem	11.048	5.916
. Habitação	42.580	40.901
. Outros créditos	18.268	27.984
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	463.027	426.707
. Créditos em conta corrente	160.918	115.375
Crédito ao Pessoal	261.633	235.757
Outros créditos e valores a receber - titulados	783.034	728.415
	11.994.635	11.791.759
Juros a receber	51.117	46.888
Comissões e outros proveitos diferidos	(117.546)	(120.489)
Custos diferidos	268	282
Créditos e juros vencidos	1.911.863	708.973
	13.840.337	12.427.413
Imparidade de crédito a clientes (Nota 18)	(1.012.737)	(744.580)
	12.827.600	11.682.833

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos aos colaboradores são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica "Outros créditos e valores a receber – titulados" reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber" (Nota 2.2. c)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2011	2010
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	136.203	130.424
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	156.776	156.936
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32.199	32.199
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	180.000	180.000
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	200.000	150.000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	30.000	30.000
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	19.996	19.996
Câmara Municipal do Sal	14.000	15.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	6.668	6.668
Tecnicil Indústria, S.A.	6.193	6.193
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	999	999
	783.034	728.415

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A., têm aval do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber – titulados" e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	31.12.2011								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	5.019	-	5.019	5.019	-	5.019
Pesca	-	-	-	6.407	586	6.993	6.407	586	6.993
Indústrias extractivas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras	-	-		-	-				
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	129	-	129	192.467	18.129	210.596	192.596	18.129	210.725
Indústria têxtil	-	-	-	2.032	584	2.616	2.032	584	2.616
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	232	178	410	232	178	410
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	1.291	839	2.130	1.291	839	2.130
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	171.393	2.469	173.862	171.393	2.469	173.862
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	18.439	151	18.590	18.439	151	18.590
Construção	47.117	-	47.117	1.867.488	49.046	1.916.534	1.914.605	49.046	1.963.651
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	639.696	14.977	654.673	639.696	14.977	654.673
Transportes, armazenagem e comunicações	100.090	-	100.090	407.659	531.453	939.112	507.749	531.453	1.039.202
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	369.570	283.188	652.758	369.570	283.188	652.758
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	142.876	4.172	147.048	142.876	4.172	147.048
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-		-	-				
Actividades imobiliárias	-	-	-	895.393	327.081	1.222.474	895.393	327.081	1.222.474
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	121.657	19	121.676	121.657	19	121.676
Saúde e segurança social	-	-	-	50.614	5.546	56.160	50.614	5.546	56.160
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	343.528	7	343.535	1.799.651	276.561	2.076.212	2.143.179	276.568	2.419.747
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	14.346	601	14.947	14.346	601	14.947
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	490.864	7	490.871	6.706.230	1.515.580	8.221.810	7.197.094	1.515.587	8.712.681
Particulares									
Habitação	-	-	-	2.190.259	231.367	2.421.626	2.190.259	231.367	2.421.626
Outros fins	-	-	-	1.824.248	164.909	1.989.157	1.824.248	164.909	1.989.157
	-	-	-	4.014.507	396.276	4.410.783	4.014.507	396.276	4.410.783
	490.864	7	490.871	10.720.737	1.911.856	12.632.593	11.211.601	1.911.863	13.123.464

	31.12.2010								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	16.828	-	16.828	16.828	-	16.828
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	20.913	-	20.913	20.913	-	20.913
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	260.195	10.154	270.349	260.195	10.154	270.349
Indústria têxtil	-	-	-	2.498	883	3.381	2.498	883	3.381
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	198	1.823	2.021	198	1.823	2.021
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	2.943	905	3.848	2.943	905	3.848
Outras indústrias transformadoras	-	-	-	524.870	2.751	527.621	524.870	2.751	527.621
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	-	-	21.031	1.685	22.716	21.031	1.685	22.716
Construção	-	-	-	1.519.780	55.696	1.575.476	1.519.780	55.696	1.575.476
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	656.391	48.267	704.658	656.391	48.267	704.658
Transportes, armazenagem e comunicações	32.893	-	32.893	830.474	6.857	837.331	863.367	6.857	870.224
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	550.881	45.745	596.626	550.881	45.745	596.626
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	166.838	2.565	169.403	166.838	2.565	169.403
Actividades financeiras	-	-	-	32.392	2.104	34.496	32.392	2.104	34.496
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.005.618	54.510	1.060.128	1.005.618	54.510	1.060.128
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	-	2.252	2.252	-	2.252	2.252
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	128.802	170	128.972	128.802	170	128.972
Saúde e segurança social	-	-	-	34.868	-	34.868	34.868	-	34.868
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	356.293	-	356.293	1.516.593	176.143	1.692.736	1.872.886	176.143	2.049.029
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	16.606	-	16.606	16.606	-	16.606
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	389.186	-	389.186	7.308.719	412.510	7.721.229	7.697.905	412.510	8.110.415
Particulares									
Habitação	-	-	-	1.939.348	168.777	2.108.125	1.939.348	168.777	2.108.125
Outros fins	-	-	-	1.426.091	127.686	1.553.777	1.426.091	127.686	1.553.777
	-	-	-	3.365.439	296.463	3.661.902	3.365.439	296.463	3.661.902
	389.186	-	389.186	10.674.158	708.973	11.383.131	11.063.344	708.973	11.772.317

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica era composta por dois terrenos e um imóvel recebidos por recuperação de créditos vencidos.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Descrição	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Abates liquidos	Amortizações do exercicio	Outros	Valor líquido em 31-12-2011
Imóveis de serviço próprio								
. Terrenos	38.733	-	-	-	-	-	-	38.733
. Edifícios	76.637	(44.195)	27.360	9.096	-	(1.530)	-	67.368
Obras em imóveis arrendados	272.859	(165.247)	-	(7.960)	-	(14.641)	-	85.011
	388.229	(209.442)	27.360	1.136	-	(16.171)	-	191.112
Equipamento								
. Mobiliário e material	43.283	(22.944)	896	(18)	-	(2.474)	-	18.743
. Máquinas e ferramentas	21.249	(14.477)	1.396	18	-	(1.943)	-	6.243
. Equipamento informático	212.326	(178.698)	30.408	2.364	-	(24.544)	-	41.856
. Instalações interiores	12.575	(8.772)	825	-	-	(1.044)	-	3.584
. Material de transporte	53.669	(29.997)	13.300	-	-	(12.079)	-	24.893
. Equipamento de segurança	11.486	(8.004)	53	-	-	(894)	-	2.641
. Outro equipamento	25.351	(15.393)	5.050	-	(214)	(3.183)	-	11.611
Outros activos tangíveis	157	(71)	-	-	-	(16)	-	70
	380.096	(278.356)	51.928	2.364	(214)	(46.177)	-	109.641
Activos tangíveis em curso								
. Despesas em edifícios arrendados	691	-	1.796	(1.136)	-	-	-	1.351
. Equipamento	6.294	(3.011)	3.076	(2.364)	-	-	(918)	3.077
	6.985	(3.011)	4.872	(3.500)	-	-	(918)	4.428
	775.310	(490.809)	84.160	-	(214)	(62.348)	(918)	305.181

	2010							
	Saldos em 31-12-2009							
Descrição	Valor bruto	Imparidade e amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Abates liquidos	Amortizações do exercicio	Outros	Valor líquido em 31-12-2010
Imóveis de serviço próprio								
. Terrenos	2.056	-	36.449	-	-	-	228	38.733
. Edifícios	71.000	(42.946)	-	-	-	(1.249)	5.637	32.442
Obras em imóveis arrendados	233.572	(150.681)	2.705	37.213	(512)	(14.685)	-	107.612
	306.628	(193.627)	39.154	37.213	(512)	(15.934)	5.865	178.787
Equipamento								
. Mobiliário e material	41.291	(20.210)	1.992	-	-	(2.734)	-	20.339
. Máquinas e ferramentas	19.080	(12.534)	2.169	-	-	(1.943)	-	6.772
. Equipamento informático	203.900	(153.080)	8.426	-	-	(25.618)	-	33.628
. Instalações interiores	12.044	(7.745)	531	-	-	(1.027)	-	3.803
. Material de transporte	49.219	(21.005)	4.448	-	-	(8.990)	-	23.672
. Equipamento de segurança	9.172	(7.317)	2.314	-	-	(687)	-	3.482
. Outro equipamento	23.532	(14.744)	4.232	-	(257)	(2.805)	-	9.958
Outros activos tangíveis	157	(55)	-	-	-	(16)	-	86
	358.395	(236.690)	24.112	-	(257)	(43.820)	-	101.740
Activos tangíveis em curso								
. Despesas em edifícios arrendados	35.624	-	3.994	(37.213)	(1.714)	-	-	691
. Equipamento	3.748	(3.011)	2.546	-	-	-	-	3.283
	39.372	(3.011)	6.540	(37.213)	(1.714)	-	-	3.974
	704.395	(433.328)	69.806	-	(2.483)	(59.754)	5.865	284.501

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Imobilizado em curso” inclui mCve. 3.929 e mCve 3.011, respectivamente, referentes à aquisição de um equipamento tipo “Quiosque” ATM com acesso ao site do Banco. No entanto, o projecto não foi concluído devido a dificuldades financeiras da empresa fornecedora do equipamento pelo que o Banco registou uma imparidade para a totalidade do montante (Nota 18).

No âmbito da transição para as NIRF, o Banco apurou um ajustamento negativo em capital próprio de mCve. 17.724 relativo a imparidade do imóvel de serviço próprio, determinado com base em avaliação externa independente. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a imparidade registada para o imóvel ascende a mCve. 13.743 (Nota 18).

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2009				Saldos em 31-12-2010				Saldos em 31-12-2011	
Descrição	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercicio	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Amortizações do exercicio	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Software	73.835	(69.545)	5.057	(3.670)	78.892	(73.215)	1.349	(3.167)	80.241	(76.382)

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

			2011					2010				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro / (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos	Lucro
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	40.804	577.509	169.473	431.379	78.109	36.737	619.157	251.797	385.028	62.390

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço desta participação nos exercícios de 2011 e 2010 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras pode ser demonstrado da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	34.816
Resultados em Associadas	5.068
Dividendos recebidos	(3.147)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	36.737
Resultados em Associadas	7.810
Dividendos recebidos	(3.743)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	40.804

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
Activos por impostos correntes		
. Pagamentos por conta	29.079	5.437
Passivos por impostos correntes		
. Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(321)
	29.079	5.116
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	23.123	29.313
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(11.363)	(4.797)
	11.760	24.516

O detalhe do movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2010	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2011
Ajustamentos de conversão para as NIRF	30.979	-	(11.015)	19.967
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(6.463)	(1.744)	-	(8.207)
	24.516	(1.744)	(11.015)	11.760

	2010			
		Variação em		
	Saldo em 31.12.2009	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31.12.2010
Ajustamentos de conversão para as NIRF	40.887	-	(9.908)	30.979
Movimentos efectuados por reservas				
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 21)	(2.990)	(3.473)	-	(6.463)
	37.897	(3.473)	(9.908)	24.516

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como se segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		131.755		140.305
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,5%	33.598	25,5%	35.778
Benefícios fiscais:				
. Rendimentos de títulos da Dívida Pública colocados em mercado secundário	(14,36%)	(18.915)	(15,54%)	(21.809)
. Dividendos	(3,80%)	(5.002)	(1,62%)	(2.270)
. Outros	1,01%	1.331	(1,05%)	(1.470)
Imposto sobre lucros do exercício	8,4%	11.012	7,3%	10.229

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário, estão isentos de tributação. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estes rendimentos ascendem a mCve. 74.178 e mCve. 85.524, respectivamente.

Em Setembro de 2010, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), de uma liquidação adicional no montante de mCve. 6.601, referente a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. Em 30 de Setembro de 2010, o Banco procedeu à respectiva liquidação, tendo de seguida contestado a liquidação do montante de mCve. 853, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei nº 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2011.

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Devedores e outras aplicações		
. Valores a receber do Grupo	8.807	7.659
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	6.387	5.690
. Outros	373	1.976
Outros activos		
. Património artístico	606	606
Rendimentos a receber		
. Outros	2.525	4.320
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	6.084	3.618
Outras contas de regularização		
. Cheques em trânsito	3.529	2.310
. Outros	1.866	1.645
	30.177	27.824
Imparidade de outros activos (Nota 18)	(4.869)	(3.684)
	25.308	24.140

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Recursos de instituições de crédito nacionais		
. Empréstimos de empresas seguradoras		
Garantia Companhia Seg Cabo Verde, S.A.	78.010	-
Protege Correctora Seguros	6.000	-
	84.010	-
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Descobertos em depósitos à ordem:		
Caixa Geral de Depósitos	1.388.792	32.425
ECV - Serviços Financeiros, S.A.	5.061	1
Unicre - Instituição de Crédito, S.A.	1.840	-
	1.395.693	32.426
. Empréstimos		
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) - Euros	98.182	109.091
Caixa Geral de Depósitos - Euros	93.331	72.808
Banque Européenne d'Investissement (BEI) - Euros	-	105.104
	191.513	287.003
Juros a pagar	3.957	3.063
	1.675.173	322.492

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Recursos em instituições de crédito no estrangeiro” inclui mCve. 1.388.792 relativos a uma linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos até ao limite de mCve. 7.500.

Durante o exercício de 2004, o Banco contraiu uma linha de crédito junto do BEI no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vence juros à taxa anual de 3%.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Comercial do Atlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 31 de Janeiro de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco tinha esta linha utilizada em 989.352 Euros (mCve. 109.091). Durante o exercício de 2011, o Banco procedeu ao reembolso de capital de 98.935 Euros (mCve. 10.909).

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco contraiu uma linha de crédito junto da Caixa Geral de Depósitos no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), pelo prazo de um ano, renovável por períodos iguais. Este empréstimo vence juros a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a linha de crédito encontrava-se utilizada em mCve.93.331 e mCve. 72.808, respectivamente.

No ano de 2011 foram reclassificados para a rubrica de “Recursos de outras instituições de crédito”, os depósitos a prazo efectuados por seguradoras, que até 2010 estavam classificados em “Recursos de clientes”.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos de poupança:		
. Poupança jovem	159.905	156.095
Depósitos à ordem		
. De residentes	4.092.456	4.867.817
. De não residentes	783.110	804.905
. De emigrantes	476.941	424.234
	5.352.507	6.096.956
Depósitos a prazo		
. De residentes	4.155.735	5.482.905
. De emigrantes	2.115.867	1.873.262
. De não residentes	874.854	596.835
	7.146.456	7.953.002
Operações de venda com acordo de recompra (Nota 7)		
. Obrigações do Tesouro	1.087.500	1.210.356
Outros débitos		
. Cheques e ordens a pagar	15.075	4.837
	13.761.443	15.421.246
Juros a pagar	141.112	153.088
	13.902.555	15.574.334

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

17. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2008, o Banco emitiu um empréstimo obrigacionista de 100.000 obrigações com um valor nominal de 5.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tinha um prazo de 6 anos e vencia juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,9%. O reembolso seria realizado de uma só vez na data de vencimento (8 de Julho de 2014). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado um ano após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

Em 30 de Julho de 2009, o Banco anunciou junto da Bolsa de Valores de Cabo Verde, as seguintes alterações relativas ao empréstimo obrigacionista:

- Alteração da taxa de juro a partir do 3º cupão (inclusivé):
  - taxa de juro de 6% durante 4 anos, com início em 8 de Julho de 2009;
  - taxa de juro igual à taxa de juro da última emissão de Obrigações do Tesouro a 5 anos realizada antes da data de revisão da taxa de juro (8 de Julho de 2013), acrescida de 0,5%, para os últimos 5 anos, com início em 8 de Julho de 2013 a 8 de Julho de 2018;
- Alteração do prazo para 10 anos a partir de Julho de 2008, mantendo-se a opção de reembolso antecipado nos termos acima descritos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os juros a pagar ascendiam a mCve. 14.348 e mCve. 14.194, respectivamente.

18. IMPARIDADE

O movimento na imparidade do Banco durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011				
	Saldos em 31-12-2010	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2011	Recuperações de imparidade
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	744.580	268.676	(519)	1.012.737	(3.360)
Imparidade de activos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	
	784.662	268.676	(519)	1.052.819	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	16.754	918	-	17.672	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	3.684	1.185	-	4.869	
	20.438	2.103	-	22.541	
	805.100	270.779	(519)	1.075.360	

	2010				
	Saldos em 31-12-2009	Dotações líquidas em resultados	Utilizações	Saldos em 31-12-2010	Recuperações de imparidade
Imparidade					
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	585.715	184.336	(25.471)	744.580	(19.472)
Imparidade de activos financeiros financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	40.082	-	-	40.082	
	625.797	184.336	(25.471)	784.662	
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	16.754	-	-	16.754	
Imparidade de outros activos (Nota 14)	15.910	(12.226)	-	3.684	
	32.664	(12.226)	-	20.438	
	658.461	172.110	(25.471)	805.100	

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	116.734	136.730
Recursos diversos		
. Conta caução	62.504	75.787
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	15.006	12.522
. Previdência social	2.441	2.359
. Imposto sobre o valor acrescentado	316	457
Cobrança por conta de terceiros	304	438
Outros	242	203
	197.547	228.496
Encargos a pagar		
Custos administrativos	19.870	33.957
Prémios de produtividade	17.862	17.000
Subsídio de férias	1.588	-
Férias por gozar	10.039	1.822
	49.359	52.779
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	11.996	9.349
De operações extrapatrimoniais	4.139	4.630
De créditos documentários	1.427	16.945
Outros	338	338
	17.900	31.262
Outras contas de regularização	51.338	50.010
	316.144	362.547

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Credores diversos – Por valores a liquidar” corresponde a movimentos em trânsito que foram creditados nas contas de clientes no início de 2011 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outras contas de regularização” inclui montantes a pagar relacionados com operações efectuadas nas ATM’s geridas pela SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, S.A.R.L. nos montantes de mCve. 26.830 e mCve. 24.891, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Encargos a pagar – Subsídio de férias” corresponde à provisão para o subsídio de férias relativo ao exercício de 2011, dos colaboradores contratados pelo Banco após Agosto de 2009, cujo pagamento apenas irá ocorrer em Janeiro de 2012.

20. CAPITAL

Na Assembleia Geral de 25 de Janeiro de 2010, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 400.000, através da emissão de 40.000 acções com um valor nominal de dez mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 2.091, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente em Capitais Próprios.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2011 o capital do Banco estava representado por 100.000 acções, com o valor nominal de mCve. 10 cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	70.000	70,00%
Empreitel Figueiredo, S.A.R.L.	11.110	11,11%
Sita, S.A.R.L.	5.447	5,45%
Edmundo R. Barbosa & Filhos, Lda.	2.782	2,78%
Adega, S.A.R.L.	3.797	3,80%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	1.545	1,55%
Outros	5.319	5,31%
	100.000	100,00%

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2011	2010
Prémios de emissão	388	388
Reservas de reavaliação		
. De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	32.173	23.341
. De impostos diferidos (Nota 13)	(8.207)	(6.463)
	23.966	16.878
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	111.038	98.030
. Outras reservas	449.215	397.186
. Resultados transitados	(146.396)	(146.396)
	413.857	348.820
Lucro do exercício	120.743	130.074
	558.954	496.160

Reservas de reavaliação

Reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	801.107	728.982
. Crédito ao exterior	57.905	49.487
. Crédito vencido	117.029	71.739
. Crédito ao pessoal	7.672	6.748
. Outros créditos e valores a receber - titulados		
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	97.374	99.424
. Bilhetes do Tesouro	108	1.037
De outros residentes	45.049	39.204
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No estrangeiro	186	520
. No país	22.781	38.005
Juros de disponibilidades	278	219
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	73.361	67.727
	1.222.850	1.103.092

Nos exercícios de 2011 e 2010, os juros de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro colocados no mercado secundário ascenderam a mCve. 74.178 e mCve. 85.524, respectivamente (Nota 23).

Nos exercícios de 2011 e 2010, o saldo da rubrica “Juros de crédito a clientes – crédito vencido” inclui mCve. 103.881 e mCve. 61.615, respectivamente, relativos ao recebimento de juros anulados em exercícios anteriores.

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	6.655	6.038
. Depósitos à ordem		
De residentes	24.925	22.608
. Depósitos a prazo		
De residentes	248.387	200.782
De emigrantes	104.345	82.392
De não residentes	45.120	23.724
Juros de passivos subordinados	30.154	29.860
Juros de empréstimos		
. Do Banco de Cabo Verde	700	-
. De residentes	2.655	-
. De não residentes	9.721	10.707
Juros de credores e outros recursos		
. Operações de venda com acordo de recompra (Nota 22)		
Obrigações do Tesouro	74.178	85.506
Bilhetes do Tesouro	-	18
Outros juros e encargos similares	7.769	6.444
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	131	85
	554.740	468.164

24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	2011	2010
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes		
. Banco Comercial do Atlântico, S.A.	17.500	5.947
. Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	1.100	1.979
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	974
. VISA International Service Association	40	-
	19.614	8.900

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações sobre instrumentos financeiros	57.951	40.727
Por serviços prestados		
. Comissões de anuidades de cartões	33.424	32.888
. Comissões na emissão de cheques	13.149	11.921
	46.573	44.809
Por garantias prestadas		
. Créditos documentários	21.741	20.609
. Garantias e avales	19.236	16.073
	40.977	36.682
Outras comissões	2.456	2.648
	147.957	124.866
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas		
. Garantias e avales	1.050	1.338
. Créditos documentários abertos	-	58
	1.050	1.396
Por compromissos assumidos por terceiros		
. Linhas de crédito irrevogáveis	-	276
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	14.233	14.488
. Outras comissões	10.815	18.801
	25.048	33.289
	26.098	34.961

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011			2010		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	29.352	(13.951)	15.401	27.214	(15.442)	11.772
Resultados em notas e moedas	43.627	(7.763)	35.864	50.368	(21.263)	29.105
	72.979	(21.714)	51.265	77.582	(36.705)	40.877

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos na alienação de outros activos tangíveis no montante de mCve. 131 e mCve. 182, respectivamente.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	44.904	37.981
. Cartões de crédito	23.408	20.207
. Outros	9.318	2.874
Reembolso de despesas	190	199
Outros	668	603
	78.488	61.864
Outros custos de exploração		
Outros impostos	(4.580)	(4.020)
Donativos e quotizações	(3.115)	(5.219)
Outros	(15.341)	(12.343)
	(23.036)	(21.582)
	55.452	40.282

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outros custos de exploração – outros" inclui os montantes de mCve. 13 429 e mCve. 9.165, respectivamente, relativos a comissões cobradas pela CGD sobre cada transferência efectuada para o estrangeiro por clientes do Banco. Esta comissão é debitada ao Banco no momento em que a transferência é executada pela CGD, sendo posteriormente cobrada pelo Banco aos respectivos clientes. As comissões cobradas aos clientes são registadas na rubrica "Outros proveitos de exploração – prestação de serviços diversos - outros" e ascendem a mCve. 8.980 e mCve. 2.519 em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	24.677	24.677
Remunerações dos empregados	135.731	124.591
Encargos sociais e obrigatórios	20.220	19.211
Prémios de produtividade	14.630	20.053
Outros	13.282	1.805
	208.540	190.337

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2011	2010
Direcção	5	5
Coordenadores de Agências	2	8
Responsáveis / Gerentes	36	17
Administrativos	65	63
Auxiliares	5	6
	113	99

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os números apresentados acima incluem 56 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços especializados		
. Serviços especializados - SISP	37.209	32.440
. Serviços de informática	30.534	32.854
. Segurança e vigilância	18.387	17.239
. Outros serviços especializados	14.072	12.765
. Serviços de limpeza	7.221	7.182
. Serviços de auditoria	4.514	4.280
. Serviços de manutenção	3.306	3.081
. Honorários	2.744	15.528
Rendas e alugueres	28.342	27.807
Publicidade e edição de publicações	25.961	37.026
Água, energia e combustíveis	23.286	20.733
Comunicações e despesas de expedição	16.619	18.681
Impressos e material de consumo corrente	12.234	10.900
Deslocações, estadas e representação	8.835	7.139
Seguros	5.270	6.268
Conservação e reparação	4.587	4.579
Transportes	3.452	3.429
Formação de pessoal	3.361	10.145
Outros	1.066	1.364
	251.000	273.440

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
Passivos eventuais		
. Garantias e avales prestados	1.203.187	1.479.538
. Créditos documentários abertos	2.459.624	2.478.017
	3.662.811	3.957.555
Depósito e guarda de valores	1.778.051	1.813.562
	5.440.862	5.771.117

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Negociação e vendas – Compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo "Repo" e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;

- Banca comercial – Inclui as actividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.

- Banca de retalho - Compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2011			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	196.516	733.822	292.512	1.222.850
Juros e encargos similares	(51.130)	(151.431)	(352.179)	(554.740)
MARGEM FINANCEIRA	145.386	582.391	(59.667)	668.110
Rendimentos de instrumentos de capital	-	19.614	-	19.614
Rendimentos com serviços e comissões	2.037	116.017	29.903	147.957
Encargos com serviços e comissões	(1.371)	(7.435)	(17.292)	(26.098)
Resultado em activos Financeiros	-	(9)	-	(9)
Resultados de reavaliação cambial	-	36.657	14.608	51.265
Resultados de alienação de outros activos	-	131	-	131
Outros resultados de exploração	-	39.646	15.806	55.452
PRODUTO BANCÁRIO	146.052	787.012	(16.642)	916.422
Outros custos e proveitos				(795.679)
Resultado líquido do exercício				**120.743**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	2.215.700	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	-	-	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	-	-	343.532
Aplicações em instituições de crédito	274.348	-	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	-	-	1.715.870
Crédito a clientes	-	8.670.882	4.156.718	12.827.600
Recursos de outras instituições de crédito	1.675.173	-	-	1.675.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	4.180.375	9.722.180	13.902.555
Outros passivos subordinados	514.017	-	-	514.017

	2010			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	139.206	678.063	285.823	1.103.092
Juros e encargos similares	(10.707)	(281.078)	(176.379)	(468.164)
MARGEM FINANCEIRA	128.499	396.985	109.444	634.928
Rendimentos de instrumentos de capital	-	8.900	-	8.900
Rendimentos com serviços e comissões	1.699	96.416	26.751	124.866
Encargos com serviços e comissões	(1.338)	(18.887)	(14.736)	(34.961)
Resultados de reavaliação cambial	-	22.794	18.083	40.877
Resultados de alienação de outros activos	-	-	182	182
Outros resultados de exploração	-	22.562	17.720	40.282
PRODUTO BANCÁRIO	128.860	528.770	157.444	815.074
Outros custos e proveitos				(685.000)
Resultado líquido do exercício				**130.074**
Caixa e disponilbilidades em bancos centrais	3.210.399	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	-	-	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	-	-	317.996
Aplicações em instituições de crédito	629.204	-	-	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	-	-	1.895.836
Crédito a clientes	-	8.295.162	3.387.671	11.682.833
Recursos de outras instituições de crédito	322.492	-	-	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	9.115.265	6.459.069	15.574.334
Outros passivos subordinados	513.823	-	-	513.823

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos e as empresas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais:

	2011					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Associadas
Activos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.711	15.378	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	25.989	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	265.385	15.307	79.999	5.250	
Crédito a clientes	-	6.686	-	-	-	6.962
Imparidade	-	10.011	1.880	28.192	-	499
Outros activos	218	4.633	-	18	-	44.130
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	1.388.792	-	-	106.858	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.491	-	-	26.938
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	25.627
Outros Passivos	-	338	-	-	-	3.563
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	261	383	-	-	-	643
Rendimentos de serviços e comissões	-	17.500	-	1.100	-	31.716
Custos:						
Juros e encargos similares	1.361	-	2.737	3.124	-	-
Outros custos de exploração	-	-	-	6.007	-	37.950

	2010					
	Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	CGD	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	Garantia	Promoleasing	Associadas
Activos:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	21.614	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	228.028	15.307	79.478	5.250	-
Crédito a clientes	-	6.668	-	-	-	11.500
Imparidade	-	10.011	1.880	28.191	-	733
Outros activos	1.859	12.621	12	1.132	-	37.873
Passivos:						
Recursos de outras instituições de crédito	289.163	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	47.289	47.471	-	13.537
Extrapatrimoniais:						
Garantias recebidas	-	-	-	-	-	-
Proveitos:						
Juros e rendimentos similares	721	12	-	-	-	1.578
Rendimentos de serviços e comissões	-	5.947	-	1.987	-	24.723
Custos:						
Juros e encargos similares	2.743	-	2.743	3.441	-	-
Outros custos de exploração	-	8.085	1.380	-	-	32.440

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2011, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco ascenderam a mCve. 25.147 (mCve. 27.556 no exercício de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 1.219. Em 31 de Dezembro de 2011 não existia crédito concedido a membros do Conselho de Administração.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro),resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos matching, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transacções de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Activos e Passivos e é actualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez, podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

O Banco dispõe ainda de linha de crédito contratada junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma eventual necessidade pontual de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2011									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700	-	-	-	-	-	-	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	-	-	-	-	-	-	-	-	156.673
Aplicações em instituições de crédito	250.076	8.460	3.766	3.422	-	-	-	-	8.624	274.348
Títulos de dívida pública	3.457	109.479	106.994	160.000	567.610	368.330	400.000	-	-	1.715.870
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.679.401	1.280.866	884.104	1.761.757	1.332.331	1.169.837	2.127.592	3.604.449	-	13.840.337
	4.305.307	1.398.805	994.864	1.925.179	1.899.941	1.538.167	2.527.592	3.604.449	8.624	18.202.928
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.410.788)	(121.219)	(44.324)	(11.568)	(21.818)	(21.818)	(43.638)	-	-	(1.675.173)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7.646.413)	(1.156.763)	(1.598.702)	(1.727.708)	(1.735.876)	(36.389)	(704)	-	-	(13.902.555)
Outros passivos subordinados	(14.017)	-	-	-	-	-	(500.000)	-	-	(514.017)
	(9.071.218)	(1.277.982)	(1.643.026)	(1.739.276)	(1.757.694)	(58.207)	(544.342)	-	-	(16.091.745)
Diferencial	(4.765.911)	120.823	(648.162)	185.903	142.247	1.479.960	1.983.250	3.604.449	8.624	2.111.183

	2010									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.210.399	-	-	-	-	-	-	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	152.402	-	-	-	-	-	-	-	152.402
Aplicações em instituições de crédito	601.912	3.566	8.038	7.330	-	-	-	-	8.358	629.204
Títulos de dívida pública	-	28.688	150.000	-	827.610	418.330	450.000	-	21.208	1.895.836
Crédito a clientes (saldos brutos)	438.739	2.009.506	36.253	1.236.038	1.580.120	949.624	1.818.161	3.722.917	636.054	12.427.412
	4.251.050	2.194.162	194.291	1.243.368	2.407.730	1.367.954	2.268.161	3.722.917	665.620	18.315.253
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(32.426)	-	(105.104)	(72.808)	-	-	-	(109.090)	(3.064)	(322.492)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7.195.437)	(1.944.583)	(2.440.777)	(1.903.998)	(1.525.577)	(33.222)	-	-	(530.740)	(15.574.334)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(13.823)	(513.823)
	(7.227.863)	(1.944.583)	(2.545.881)	(1.976.806)	(1.525.577)	(33.222)	(500.000)	(109.090)	(547.627)	(16.410.649)
Diferencial	(2.976.813)	249.579	(2.351.590)	(733.438)	882.153	1.334.732	1.768.161	3.613.827	117.993	1.904.604

Risco de taxa de juro

A generalidade das operações de crédito contratadas são a taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas, como veremos a seguir.

Assim, quanto aos procedimentos de cobertura deste risco devemos destacar alguns aspectos que o Banco tem implementado:

- a base para coberturas activas a taxa fixa é feita através dos depósitos e não existe qualquer indexante nacional que possa ser utilizado como "referência" dos activos ou passivos;

- os contratos de crédito prevêem possibilidade de alteração de taxas de juros sob certas circunstâncias, o que é aceite juridicamente, e no demais funciona com gestão coerente de activos e passivos, pelos instrumentos de informações sistemáticas feitas pelo Gabinete de Mercados Financeiros;

- realização de emissões de obrigações indexadas à Euribor, que vão permitir uma mitigação de risco taxas de juros de operações activas e outras que se encontram no nosso pipe-line, que sendo indexadas à Euribor, encontram a sua cobertura natural nas emissões de obrigações.

- aumento das linhas de crédito em Euro, para atingir os nossos objectivos referidas na linha anterior.

Risco de crédito

Para monitorar o risco de crédito foi criado o Gabinete de Gestão de Risco (GGR), o qual é responsável por efectuar a avaliação do risco de crédito, e reporta directamente ao Presidente do Conselho de Administração.

Tem como principal objectivo, analisar o risco de crédito das empresas, centralizar as informações financeiras das empresas e actualizá-las com regularidade, informar a gestão sobre a qualidade da carteira de crédito das empresas. Por outro lado, centraliza as relações/informações com a Central de Risco do Banco de Cabo Verde. Adicionalmente, é da sua responsabilidade acompanhar a evolução das provisões do Banco e informar a Comissão Executiva, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

O GGR emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, as áreas comerciais apresentam semanalmente no Comité de Crédito o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Compete ao Comité de Crédito para além da análise, a aprovação dos créditos:
- análise e acompanhamento da Política de Crédito;
- análise e acompanhamento dos riscos de crédito dos clientes;
- análise e acompanhamento dos créditos vencidos e em contencioso;
- analise e aprovação de novos Produtos, seu preçário e procedimentos.

Risco de mercado

A dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida. O Banco tem aplicações em acções e títulos de rendimento fixo.

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2011	2010
Títulos de dívida pública	1.715.870	1.895.836
Aplicações em instituições de crédito	274.348	629.204
Crédito a clientes	12.827.600	11.682.833
	13.101.948	12.312.037
Garantias e avales	1.203.187	1.479.538
Créditos documentários abertos	2.459.624	2.478.017
	3.662.811	3.957.555
Exposição máxima	18.480.629	18.165.428

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2011			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	6.481.963	99.605	1.101.321	7.682.889
Vencido	7.208	3.129	735.445	745.782
	6.489.171	102.734	1.836.766	8.428.671
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.229.967	-	-	1.229.967
Vencido	-	-	-	-
	1.229.967	-	-	1.229.967
Crédito à habitação				
Vincendo	2.435.060	52.094	153.412	2.640.566
Vencido	7	25.565	9.419	34.991
	2.435.067	77.659	162.831	2.675.557
Garantias pessoais				
Vincendo	16.116	-	-	16.116
Outros créditos				
Vincendo	1.502.662	34.946	122.734	1.660.342
Vencido	8.199	2.679	64.002	74.880
	1.510.861	37.625	186.736	1.735.222
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	1.139.378	-	1.561.357	2.700.735
Vencido	-	7	-	7
	1.139.378	7	1.561.357	2.700.742
Total crédito vincendo	12.805.146	186.645	2.938.824	15.930.615
Total crédito vencido	15.414	31.380	808.866	855.660
Total de crédito	12.820.560	218.025	3.747.690	16.786.275

	2010			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	7.097.993	18.913	560.630	7.677.536
Vencido	5.959	5.291	172.470	183.720
	7.103.952	24.204	733.100	7.861.256
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.486.929	-	36	1.486.965
	1.486.929	-	36	1.486.965
Crédito à habitação				
Vincendo	2.130.737	30.281	131.530	2.292.548
Vencido	-	491	9.510	10.001
	2.130.737	30.772	141.040	2.302.549
Garantias pessoais				
Vincendo	7.246	-	-	7.246
Outros créditos				
Vincendo	1.223.532	15.838	65.201	1.304.571
Vencido	2.894	5.232	46.658	54.784
	1.226.426	21.070	111.859	1.359.355
Crédito ao Sector Público				
Vincendo	2.709.726	-	1.694	2.711.420
Vencido	-	-	1.080	1.080
	2.709.726	-	2.774	2.712.500
Total crédito vincendo	14.656.163	65.032	759.091	15.480.286
Total crédito vencido	8.853	11.014	229.718	249.585
Total de crédito	14.665.016	76.046	988.809	15.729.871

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 3.310.874, ascendendo a imparidade a mCve. 612.188. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objecto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2011			2010		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas	195.145	2.716	197.861	55.942	993	56.935
Particulares	12.160	8.051	20.211	82.634	2.431	85.065
	207.305	10.767	218.072	138.576	3.424	142.000

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

	2011				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.215.700	2.215.700	-	-	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.673	156.673	-	-	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	313.080	313.080	-	30.452	343.532
Aplicações em instituições de crédito	274.348	274.348	-	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	1.702.678	(13.192)	-	1.715.870
Crédito a clientes	12.045.753	12.001.658	(44.095)	781.847	12.827.600
	16.721.424	16.664.136	(57.288)	812.299	17.533.723
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	1.675.173	1.675.173	-	-	1.675.173
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.902.555	13.883.793	(18.762)	-	13.902.555
Outros passivos subordinados	514.017	502.644	(11.373)	-	514.017
	16.091.745	16.061.610	(30.135)	-	16.091.745

	2010				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.210.399	3.210.399	-	-	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152.402	152.402	-	-	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	287.504	287.504	-	30.492	317.996
Aplicações em instituições de crédito	629.204	629.204	-	-	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	1.852.963	(42.873)	-	1.895.836
Crédito a clientes	11.838.590	11.627.755	(210.835)	(155.757)	11.682.833
	18.013.935	17.760.227	(253.708)	(125.265)	17.888.670
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	322.492	313.169	(9.323)	-	322.492
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.574.334	15.490.048	(84.286)	-	15.574.334
Outros passivos subordinados	514.194	493.209	(20.985)	(371)	513.823
	16.411.020	16.296.426	(114.594)	(371)	16.410.649

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
  - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
  - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 1.880, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
  - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.517 e mCve. 1.808, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
  - As participações na Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A. e no Fundo G.A.R.I., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2011					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	11.913	5.467	2.620	(2.411)	(4.627)	(8.531)
Total activo sensível	11.913	5.467	2.620	(2.411)	(4.627)	(8.531)

	2010					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	44.924	21.460	10.497	(24.705)	(19.724)	(23.296)
Total activo sensível	44.924	21.460	10.497	(24.705)	(19.724)	(23.296)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2011	(27.601)	(11.897)	(4.422)	9.866	16.711	29.873
Exercício de 2010	(13.849)	(6.894)	(3.404)	3.576	7.066	14.046

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2011				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.019.097	144.810	39.438	12.355	2.215.700
Disponibilidades em outras instituições de crédito	102.988	28.592	21.581	3.512	156.673
Activos financeiros disponíveis para venda	343.532	-	-	-	343.532
Aplicações em instituições de crédito	239.734	7.612	27.002	-	274.348
Títulos de dívida pública	1.715.870	-	-	-	1.715.870
Crédito a clientes (líquido)	11.439.634	1.367.188	20.778	-	12.827.600
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.804	-	-	-	40.804
Outros activos	24.308	1.000	-	-	25.308
	15.925.967	1.549.202	108.799	15.867	17.599.835
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(91.606)	(1.583.567)	-	-	(1.675.173)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13.547.461)	(250.844)	(103.701)	(549)	(13.902.555)
Outros passivos subordinados	(514.017)	-	-	-	(514.017)
Outros passivos	(295.248)	(479)	(5.099)	(15.318)	(316.144)
	(14.448.332)	(1.834.890)	(108.800)	(15.867)	(16.407.889)
Exposição líquida	1.477.635	(285.688)	(1)	-	1.191.946

	2010				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.056.274	130.268	10.570	13.287	3.210.399
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.799	45.186	71.636	1.781	152.402
Activos financeiros disponíveis para venda	317.996	-	-	-	317.996
Aplicações em instituições de crédito	599.117	44	30.041	2	629.204
Títulos de dívida pública	1.895.836	-	-	-	1.895.836
Crédito a clientes (líquido)	10.918.704	731.087	33.042	-	11.682.833
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	36.737	-	-	-	36.737
Outros activos	22.680	1.460	-	-	24.140
	16.881.143	908.045	145.289	15.070	17.949.547
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(1)	(322.491)	-	-	(322.492)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(15.215.662)	(214.376)	(143.716)	(580)	(15.574.334)
Outros passivos subordinados	(513.823)	-	-	-	(513.823)
Outros passivos	(342.813)	(3.607)	(1.637)	(14.491)	(362.548)
	(16.072.299)	(540.474)	(145.353)	(15.071)	(16.773.197)
Exposição líquida	808.844	367.571	(64)	(1)	1.176.350

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objectivos de gestão do Capital no Banco, norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;
- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade;

Para atingir os objectivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efectuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A actividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, a qual assume um papel primordial na regulamentação prudencial. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 300 milhões de Escudos de cabo Verde, para os bancos;
- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afectos às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- A aplicação de instrumentos de carácter preventivo, como seja a exigência de o denominado Rácio de Solvabilidade não poder ser inferior a 10%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afectarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;
- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a

diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;

- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador , as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas (≥ 10% do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 10%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, nos finais de 2011 e de 2010:

Gestão do Capital	Dezembro de 2010	Dezembro de 2011	Variação
Fundos Proprios de Base	**1.408.569**	**1.470.758**	**62.189**
Capital Social	1.000.000	1.000.000	-
Reservas e Prémios	495.604	560.642	65.038
Resultado Líquido	65.038	60.372	(4.666)
Resultados Transitados e outros (Impacto transicção para NIRF)	(152.073)	(150.256)	1.817
Fundos Próprios Complementares	**508.440**	**511.983**	**3.543**
Obrigações subordinadas	500.000	500.000	-
Deduções aos Fundos Próprios Complementares	8.440	11.983	3.543
Deduções aos Fundos Próprios totais	**40.512**	**57.101**	**16.588**
Participações em Instituições de Crédito	40.512	57.101	16.588
Excesso na concentração de risco	-	-	-
Total dos Fundos Próprios Elegíves	**1.876.496**	**1.925.641**	**49.144**
Total do Activo Ponderado	**12.833.436**	**13.371.553**	**538.117**
Rácios	**Dezembro de 2010**	**Dezembro de 2011**	**Variação**
Fundos Proprios de Base	10,98%	11,00%	0,02%
Fundos Próprios Complementares	3,96%	3,83%	-0,13%
Deduções aos Fundos Próprios totais	-0,32%	-0,43%	-0,11%
Rácio de Solvabilidade	**14,62%**	**14,40%**	**-0,22%**

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(a) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (excepto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;

- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos accionistas e apenas se tiver sido objecto de certificação por Auditor

Externo;

- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspectiva de prudência, como factor de correcção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde.

O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;

- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.

- Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;

- O valor líquido de balanço dos activos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os activos não financeiros em causa tenham sido recebidos;

- Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os activos ponderados são hierarquizados em 4 factores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada activo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adoptado para as posições extra-patrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respectivo rácio de solvabilidade.